



ASSEMBLEIAS GERAIS EXTRAORDINÁRIA E ORDINÁRIA

Data: 30 de abril de 2018

Horário: 13h

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Publicado em 29 de março de 2018

Reapresentado em 13 de abril de 2018

Sumário

I. INTRODUÇÃO.....	2
II. MENSAGEM PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	3
III. CONVITE	5
IV. REPRESENTAÇÃO DOS ACIONISTAS	6
V. INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS SOBRE AS MATÉRIAS CONSTANTES DA ORDEM DO DIA DA ASSEMBLEIA.	10
VI. ANEXOS.....	15
ANEXO A.....	16
MODELO DE PROCURAÇÃO	16
ANEXO B	18
BOLETIM DE VOTO À DISTÂNCIA.....	18
ANEXO C	22
PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL PARA O EXERCÍCIO SOCIAL DE 2018.....	22
ANEXO D.....	23
INFORMAÇÕES SOBRE OS CANDIDATOS INDICADOS PARA O CONSELHO FISCAL	23
ANEXO E	28
PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL.....	28
ANEXO F	45
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AS ASSEMBLEIAS	45
ANEXO G.....	48
COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA.....	48
ANEXO H.....	83
PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO.....	83

I. INTRODUÇÃO

A presente Proposta da Administração (“Proposta” ou “Manual”) foi elaborada pela Administração da Forjas Taurus S.A. (“Companhia” ou “Taurus”) com vistas a reunir informações e documentos pertinentes a matérias constantes da ordem do dia e relevantes para o exercício do direito de voto nas Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária da Companhia a serem realizada no dia 30 de abril de 2018 (“Assembleias”).

A Administração da Companhia recomenda a aprovação de todas as matérias constantes deste Manual, que foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 27 de março de 2018.

II. MENSAGEM PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

Temos o prazer de convidar-lhes para as Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária da Companhia a serem realizadas no dia 30 de abril de 2018. Este Manual tem o objetivo de consolidar esclarecimentos sobre procedimentos e orientações de voto aos Senhores Acionistas a respeito das deliberações constantes da ordem do dia das Assembleias, que serão realizadas na sede social da Companhia, localizada na Avenida São Borja, 2181 – São Leopoldo/RS, nos termos do Edital de Convocação publicado no Jornal do Comercio e no Diário Oficial do Estado Rio Grande do Sul e anexo a esta Proposta. Por favor, leia-os com atenção.

Dentre os anexos a este Manual, destacamos a existência de um modelo de procuração e o boletim de voto a distância para facilitar sua participação e o exercício de seu voto nas Assembleias.

Para seu exame na apreciação das matérias a serem deliberadas apresentamos como anexos deste Manual os documentos referentes a cada matéria constante da ordem do dia. O Manual para participação na Assembleia foi elaborado em consonância com as regras da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), notadamente em relação à disponibilidade das informações previstas pela Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 (“Instrução CVM nº 480/2009”), bem como pela Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009 (“Instrução CVM nº 481/2009”).

Conforme o fato relevante da Companhia divulgado em 29 de março de 2018, em decorrência da necessidade de esforços adicionais, pela administração da Companhia, para assegurar a qualidade das informações prestadas aos acionistas e ao mercado em geral, a publicação das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi transferida para o dia 2 de abril de 2018. Por este mesmo motivo, e em cumprimento aos seus deveres fiduciários, os membros do Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 27 de março de 2018, decidiram adiar a análise das demonstrações financeiras, o relatório dos auditores independentes, o parecer do Comitê de Auditoria e Risco e o parecer do Conselho Fiscal.

Tendo em vista este adiamento, as demonstrações financeiras e os documentos a elas relacionados, inclusive o comentário dos administradores sobre a situação financeira da Companhia (art. 9º, inciso III, da Instrução CVM nº 481/2009), serão oportunamente divulgados e anexados à Proposta.

Vale ainda lembrar que nas Assembleias, contaremos com a presença de membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, da Diretoria da Companhia e auditores independentes, os quais poderão prestar quaisquer informações relativas aos assuntos submetidos à deliberação dos Senhores Acionistas.

Sua participação é muito importante para a Companhia. A área de Relações com Investidores está à disposição para esclarecer qualquer dúvida em relação ao material aqui apresentado e às matérias objeto da Assembleia.

Contamos com sua presença!

Obrigado por sua atenção,

Jorio Dauster Magalhães e Silva

Presidente do Conselho de Administração

III. CONVITE

DATA: 30 de abril de 2018

HORÁRIO: 13 horas

LOCAL: Sede Social da Companhia

ENDEREÇO: Av. São Borja, 2181 – CEP: 93.032-000 – São Leopoldo/RS – Brasil

MATÉRIAS:

Em Assembleia Extraordinária:

- (i) alterar a remuneração global dos Administradores do exercício social de 2017, aprovada em Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de abril de 2017.

Em Assembleia Ordinária:

- (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017;
- (ii) examinar, discutir e votar a proposta de orçamento de capital para o exercício social de 2018;
- (iii) examinar, discutir e votar a proposta de remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2018;
- (iv) eleger os membros do Conselho Fiscal da Companhia; e
- (v) examinar, discutir e votar a proposta de fixação da remuneração dos membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2018.

IV. REPRESENTAÇÃO DOS ACIONISTAS

a) Participação presencial

Para participar das Assembleias, nos termos do Artigo 15 do Estatuto Social da Companhia, os Senhores Acionistas ou seus procuradores legalmente constituídos deverão apresentar:

- (i) documento de identidade;
- (ii) comprovante de ações escriturais, expedido pela instituição financeira depositária das ações com antecedência não superior a 4 (quatro) dias contados da data da realização da Assembleia, ou, relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente;
- (iii) dispensa da apresentação do comprovante pelo titular de ações escriturais quando seu nome constar da relação de acionistas fornecida pela instituição financeira depositária (Art. 15, § 1º do Estatuto Social); e
- (iv) se for o caso, instrumento de mandato para representação do acionista por procurador, outorgado nos termos do §1º do art. 126 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, desde que o respectivo instrumento de procuração, apresentado sempre em documento original, tenha sido regularmente depositado na sede social da Companhia. Juntamente com a procuração, cada acionista que não for pessoa natural ou que não estiver assinada a procuração em seu próprio nome, deverá enviar documentos comprobatórios dos poderes de representação (cópia do estatuto social ou do contrato social atualizado e do ato que investe o representante de poderes suficientes).

Observações:

- (1) Para os fins do item “i” acima, a Companhia aceitará os seguintes documentos: (i) Carteira de Identidade de Registro Geral (RG) expedida por órgão autorizado; (ii) Carteira de Identidade de Registro de Estrangeiro (RNE) expedida por órgão autorizado; (iii) Passaporte válido expedido por órgão autorizado; (iv) Carteira de Órgão de Classe válida como identidade civil para os

fins legais, expedida por órgão autorizado (OAB, CRM, CRC, CREA); e (v) carteira nacional de habilitação com foto (CNH nova).

(2) Com relação ao item “ii” acima, os documentos deverão ser requeridos aos órgãos competentes com antecedência de 3 (três) dias úteis antes da data de entrega pretendida, que deverá estar especificada no requerimento.

(3) Para os fins do item “iv” acima, no caso de pessoas jurídicas com representantes que não sejam nomeados no próprio contrato social ou com algum procedimento de nomeação por ato em separado (como no caso dos administradores de sociedades por ações nomeados pelo seu conselho de administração ou nomeados diretamente pela assembleia geral), é necessário que o acionista comprove a validade da nomeação, providenciando comprovante do arquivamento do ato no registro competente, bem como respectiva publicação (quando aplicável).

(4) Também para os fins do item “iv” acima, no caso dos fundos de investimento, o representante deverá comprovar a sua qualidade de administrador e/ou gestor do fundo ou de procurador devidamente nomeado por este, na forma da regulamentação que lhe for aplicável.

(5) Ainda para os fins do item “iv” acima, no caso dos fundos de investimento e das pessoas jurídicas estrangeiras, a documentação que comprova os poderes de representação deverão passar por processo de notariação e consularização, não sendo necessária a tradução juramentada se a língua de origem do documento for o português, o inglês ou o espanhol. Documentos redigidos em outras línguas só serão aceitos mediante apresentação de tradução juramentada para uma dessas três línguas mencionadas.

(6) Com o propósito de facilitar a participação na Assembleia dos Acionistas que desejarem ser representados por procurador, a Administração da Companhia informa que encontra-se a disposição dos Senhores Acionistas, como mera cortesia e sem qualquer compromisso formal de solicitação, o modelo de procuração constante do Anexo A deste Manual, bem como o advogado da Companhia, o Dr. Marcelo Bervian, caso o acionista não tenha quem indicar. Não havendo necessidade, caberá aos Senhores Acionistas nomear seus respectivos procuradores e observar os requisitos indicados neste item “V – Representação dos Acionistas”.

A respeito do Anexo A e do nome acima indicado, a Administração da Companhia ressalta que os Senhores Acionistas, em nenhuma hipótese e sob qualquer pretexto, deverão considerar que tal sugestão de texto e nome de procuradores configura um pedido público de procuração para os fins do Artigo 23 da Instrução CVM nº 481/2009, mas sim uma facilidade que a Companhia coloca à vossa disposição.

Os originais ou cópias dos documentos citados neste item “V – Representação dos Acionistas” deverão ser entregues na sede da Companhia até o início da Assembleia.

Para facilitar a participação, a Companhia recomenda que os Senhores Acionistas antecipem, preferencialmente em até 02 (dois) dias úteis da data de realização da Assembleia, o envio de cópia dos documentos de comprovação da qualidade de acionista e de representação acima referidos, remetendo tais documentos por e-mail para ri@taurus.com.br, em atenção à área de Relações com Investidores.

Por fim, esclarecemos que a apresentação antecipada de cópia simples não exclui o dever de apresentação de vias originais, exceto se a apresentação antecipada dos documentos for de cópias autenticadas por notário competente. No caso de apresentação de cópias autenticadas, a Companhia colocará as vias autenticadas entregues à disposição dos acionistas no dia seguinte à realização da Assembleia, mediante pedido por escrito entregue na sede da Companhia na mesma data de realização da Assembleia.

b) Participação através do Voto A Distância

Conforme previsto nos artigos 21-A e seguintes da ICVM nº 481/2009, os acionistas da Companhia também poderão exercer o voto em Assembleias Gerais por meio de voto a distância, através do “Boletim de Voto a Distância” (Boletim), cujo modelo está como Anexo B deste Manual O voto a distância, utilizando o Boletim, poderá ser de três formas:

Diretamente à Companhia:

O Acionista que optar por enviar o Boletim diretamente à Companhia, deverá imprimir, preencher, rubricar, assinar e enviar por correio para a sede a Companhia, **Av. São Borja, 2181 – CEP: 93.032-000 – São Leopoldo/RS**, ou para o e-mail **ri@taurus.com.br**, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores.

Para o exercício do voto à distância, por meio de envio diretamente à Companhia, o acionista deverá observar os prazos estabelecidos no Art. 21-B da Instrução CVM nº 481/2009, devendo, o boletim de voto à distância ser **recebido** em até 7 (sete) dias antes da assembleia. Os boletins recebidos após a data estabelecida serão desconsiderados pela Companhia.

A Companhia, por sua vez, conforme disposto no Art. 21-U da Instrução CVM nº 481/2009, comunicará ao acionista, em até 3 (três) dias do recebimento do boletim de voto à distância, se os documentos recebidos são suficientes ou não para que o voto seja considerado válido. Não serão exigidos reconhecimento de firma, notorização ou consularização. Acionistas domiciliados no exterior deverão apresentar documentos originais acompanhados de tradução juramentada.

Através do Agente de Custódia:

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância por intermédio de seu agente de custódia deverá transmitir as suas instruções de voto a seus respectivos agentes, observadas as regras por ele determinadas, que, por sua vez, encaminharão tais manifestações de voto à Central Depositária da B3. Para tanto, os acionistas deverão entrar em contato com os seus agentes de custódia e verificar os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto via Boletim, bem como os documentos e informações por eles exigidos. Segundo o Art. 21-B da Instrução CVM nº 481/2009, o acionista deverá transmitir as instruções de preenchimento do Boletim para seus agentes de custódia em **até 7 dias antes da data de realização da Assembleia**, salvo se prazo diverso for estabelecido por seus agentes de custódia. Conforme determinado pela Instrução CVM nº 481/2009, a Central Depositária da B3, ao receber as instruções de voto dos Acionistas por meio de seus respectivos agentes de custódia, desconsiderará eventuais instruções divergentes em relação a uma mesma deliberação que tenham sido emitidas pelo mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ.

Através do Banco Escriturador da Companhia

Essa opção destina-se, exclusivamente, aos acionistas detentores de ações depositadas no Banco Itaú S.A., que é o banco escriturador da Companhia. O Itaú criou o site Assembleia Digital, para a implementação do sistema de voto a distância. Para votar pelo site é necessário realizar um cadastro e possuir um certificado digital. Informações sobre o cadastro e passo a passo para emissão do certificado digital estão descritas no site: <http://www.itaubr.com/securitieservices/assembleiadigital/>.

V. INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS SOBRE AS MATÉRIAS CONSTANTES DA ORDEM DO DIA DA ASSEMBLEIA

Tal como exposto acima, o intuito deste Manual é reunir as informações e documentos pertinentes a matérias constantes da ordem do dia e relevantes para o exercício do direito de voto nas Assembleias. Dessa forma, este Manual apresenta, de forma sistemática, as informações legais e regulamentares exigidas para fins da realização das Assembleias, ou indica o local em que algumas dessas informações encontram-se disponíveis.

A Administração da Companhia informa que os documentos referidos nesta Proposta e exigidos pela Instrução CVM nº 481/2009 estão disponíveis a partir desta data na sede da Companhia e nos *websites* da CVM (www.cvm.gov.br), da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (www.bmfbovespa.com.br) e no site de relações com investidores da Companhia (www.taurusri.com.br).

ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA

(i) alterar a remuneração global dos Administradores do exercício social de 2017, aprovada em Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de abril de 2017.

Na Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de abril de 2017, foi aprovado o montante global de remuneração dos Administradores no valor R\$ 7.342.243,65 (sete milhões, trezentos e quarenta e dois mil, duzentos e quarenta e três reais e sessenta e cinco centavos).

A administração propõe que o montante global de remuneração dos Administradores aprovado na Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de abril de 2017 passe para R\$ 7.920.093,65 (sete milhões, novecentos e vinte mil e noventa e três reais e sessenta e cinco centavos) assim divididos: (i) remuneração fixa de R\$ 576.000,00 (quinhentos e setenta e seis mil reais) do Conselho de Administração; e (ii) remuneração da diretoria estatutária fixa de R\$ 4.087.850,00 (quatro milhões, oitenta e sete mil, oitocentos e cinquenta reais), mais a remuneração variável de até R\$ 2.632.500,00 (dois milhões, seiscentos e trinta e dois mil e quinhentos reais), além dos benefícios da Diretoria Estatutária no valor de R\$ 38.743,65 (trinta e oito mil, setecentos e quarenta e três

centavos e sessenta e cinco centavos). Para os membros do Conselho Fiscal, em atenção às disposições da Lei nº 6.404/76, propõe-se o montante global de R\$ 585.000,00 (quinhentos e oitenta e cinco mil reais).

O reajuste na remuneração global aprovada na Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de abril de 2017 se faz necessária devido à renúncia de diretores estatutários, conforme fato relevante de 29 de dezembro de 2017, que ensejou o pagamento extraordinário de férias não gozadas, como remuneração fixa. Por conta disso, a remuneração fixa dos diretores estatutários sofreu um aumento, atingindo o valor de R\$ 4.087.850,00 (quatro milhões, oitenta e sete mil, oitocentos e cinquenta reais).

Assim, a administração propõe que sejam e reajustados os valores aprovados para a remuneração fixa da diretoria estatutária para o exercício de 2017.

De toda forma, vale destacar que, tendo em vista o não atingimento das metas, a Companhia não realizou nenhum pagamento a título de remuneração variável à diretoria durante o exercício social de 2017. Além disso, não houve alteração nos valores aprovados para a remuneração do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. Ou seja, apesar de a remuneração global sofrer um aumento para acomodar o pagamento de férias não gozadas a antigos diretores da Companhia, os desembolsos efetivamente realizados ao longo do exercício social de 2017 correspondem a R\$ 5.041.789,20 (cinco milhões, quarenta e um mil, setecentos e oitenta e nove reais e vinte centavos).

ASSEMBLEIA ORDINÁRIA

- (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017;***

Conforme os fatos relevantes da Companhia divulgados em 29 de março de 2018 e 02 de abril de 2018, em decorrência da necessidade de esforços adicionais, pela administração da Companhia, para assegurar a qualidade das informações prestadas aos acionistas e ao mercado em geral, a publicação das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi adiada.

Ato contínuo e após receber as demonstrações financeiras, o relatório dos auditores independentes, o parecer do Comitê de Auditoria e Risco, o parecer do Conselho Fiscal e ouvir da administração da Companhia os motivos que levaram ao atraso na elaboração das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, em cumprimento aos seus deveres fiduciários, os membros do Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 03 de abril de 2018, apreciaram e recomendaram a aprovação, pela Assembleia Geral Ordinária, das demonstrações financeiras, do relatório dos auditores independentes, do parecer do Comitê de Auditoria e Risco e do parecer do Conselho Fiscal.

Assim, além de reforçar o compromisso de produzir informações financeiras da maneira mais adequada possível e não prejudicar a sua análise pelos acionistas, a Administração informa que está disponível, neste manual, no Anexo G, Comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do art. 9º da Instrução CVM 481 e conforme item 10 do Formulário de Referência da Companhia.

Cabe lembrar ainda que, tendo em vista a apuração de prejuízo de R\$ 286,0 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, não se aplica à propositura de destinação do lucro líquido do exercício, conforme Anexo H. Com relação ao dividendo obrigatório, vale ressaltar que, além da conta de lucro líquido, referido dividendo também pode ser pago à conta de lucros acumulados e de reserva de lucros da Companhia. Entretanto, em função do prejuízo gerado, não há lucros acumulados ou reserva de lucros, razão pela qual, a Administração não propõe pagamento de dividendos para o exercício. Portanto, o Anexo 9-1-II previsto no Art. 9º parágrafo 1º, inciso II, da Instrução CVM 481 de 17 de dezembro de 2009, conforme Ofício-Circular/CVM/SEP/nº02/2018, não está sendo apresentado.

(ii) examinar, discutir e votar a proposta de orçamento de capital para o exercício social de 2018;

De acordo com o previsto no art. 196 da Lei das S.A., no art. 39 do Estatuto Social da Companhia e, ainda, seguindo a orientação do Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 02/2018, a Companhia vem a público apresentar a proposta de Orçamento de Capital *ad referendum* da Assembleia.

A esse respeito, a Administração da Companhia propõe o orçamento de capital descrito no Anexo C do presente Manual para o exercício de 2018 e suas fontes de recursos.

(iii) examinar, discutir e votar a proposta de remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2018;

Conforme previsto no art. 152 da Lei das S.A., Assembleia Geral fixará o montante global ou individual da remuneração dos administradores, inclusive benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, tendo em conta suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência, reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado.

No mesmo sentido, o art. 13 do Estatuto Social da Companhia prevê como competência da Assembleia Geral fixar o montante global anual da remuneração dos administradores da Companhia, cabendo ao Conselho de Administração, nos termos do art. 27 do Estatuto Social, fixar a remuneração dos administradores, observada a remuneração global anual aprovada pela Assembleia Geral.

Adicionalmente, a Lei das S.A. prevê a possibilidade de o estatuto social atribuir aos administradores participação no lucro da companhia e, em consonância com o referido dispositivo legal, o art. 37 do Estatuto Social da Companhia prevê uma participação aos administradores, em montante equivalente a até 10% dos lucros remanescentes após as deduções dos prejuízos acumulados, se houver, e da provisão para o imposto de renda, sendo que tal participação não poderá ultrapassar a remuneração global anual dos administradores.

O Anexo E traz a proposta para fixação da remuneração anual global dos administradores para o exercício social de 2018, nos termos do art. 12 da Instrução CVM nº 481/2009 e do item 13 do Formulário de Referência da Companhia.

Para o exercício de 2018, a Administração da Companhia propõe o montante global de remuneração para os administradores de até R\$ 6.873.224,68 (seis milhões, oitocentos e setenta e três mil, duzentos e vinte e quatro reais e sessenta e oito centavos), assim divididos: (i) remuneração fixa de R\$ 576.000,00 (quinhentos e setenta e seis mil reais) do Conselho de Administração; e (ii) remuneração da diretoria estatutária fixa de R\$ 2.879.755,20 (dois milhões, oitocentos e setenta e nove mil, setecentos e cinquenta e cinco reais e vinte centavos), mais a remuneração variável de até R\$ 3.119.734,80 (três milhões, cento e dezenove mil, setecentos e trinta e quatro reais e oitenta centavos), além dos benefícios da Diretoria Estatutária no valor de R\$ 81.753,04 (oitenta e um mil, setecentos e cinquenta e três reais e quatro centavos), a qual deverá ser submetida à aprovação em Assembleia. Para os membros do Conselho Fiscal, em atenção às disposições da Lei nº 6.404/76, propõe-se o montante global de R\$ 215.981,64 (duzentos e quinze mil, novecentos e oitenta e um reais e sessenta e quatro centavos).

(iv) eleger os membros do Conselho Fiscal da Companhia;

O Conselho Fiscal é órgão de funcionamento permanente da Companhia, tendo as suas regras previstas no Capítulo V do Estatuto Social da Companhia. Referido órgão deve ser composto por, no mínimo, três, e, no máximo, cinco membros efetivos, e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, todos com mandato unificado de um ano, sendo permitida a reeleição.

O Anexo D contém as informações sobre os candidatos indicados pelo Controlador da Companhia, nos termos do art. 10 da Instrução CVM 481, para o Conselho Fiscal, conforme itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência da Companhia.

(v) examinar, discutir e votar a proposta de fixação da remuneração dos membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2018;

Conforme previsto no art. 162, §3º da Lei das S.A. e nos termos do art. 33 do Estatuto Social da Companhia, a Assembleia Geral elegerá e empossará os membros e respectivos suplentes do Conselho Fiscal, fixando-lhes sua remuneração, a qual não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% da que, em média, for atribuída a cada Diretor, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

O Anexo E traz, ainda, proposta para fixação da remuneração dos membros do Conselho Fiscal nos termos do art. 12 da Instrução CVM nº 481/2009 e do item 13 do Formulário de Referência da Companhia. Para o exercício de 2018, a administração da Companhia propõe a remuneração mensal fixada no valor equivalente a 10% da remuneração mensal média paga a cada Diretor da Companhia, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros, o que significa o montante de R\$ 215.981,64 (duzentos e quinze mil, novecentos e oitenta e um reais e sessenta e quatro centavos).

VI. ANEXOS

Tal como exposto acima, o intuito deste Manual é reunir as informações e documentos pertinentes a matérias constantes da ordem do dia e relevantes para o exercício do direito de voto na Assembleia. Os anexos deste Manual apresentam algumas das informações legais e regulamentares exigidas para fins da realização da Assembleia, conforme abaixo indicado.

ANEXO	DOCUMENTO	OBSERVAÇÕES
Anexo A	MODELO DE PROCURAÇÃO	-
Anexo B	BOLETIM DE VOTO À DISTÂNCIA	Anexo 21-F da instrução CVM nº 481/2009
Anexo C	PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL PARA O EXERCÍCIO SOCIAL DE 2018	Artigo 196 da Lei das S.A. e Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 21/2018.
Anexo D	INFORMAÇÕES SOBRE OS CANDIDATOS INDICADOS PARA O CONSELHO FISCAL	Artigo 10 da Instrução CVM nº 481/2009 e itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência.
Anexo E	PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL	Artigo 12 da Instrução CVM nº 481/2009 e item 13 do Formulário de Referência.
Anexo F	EDITAL DE CONVOCAÇÃO	-

A Administração da Companhia esclarece que a numeração dos subitens dos Anexos ao presente Manual observa, quando aplicável, a respectiva numeração constante do Formulário de Referência ou dos anexos à Instrução CVM nº 481/2009.

Porto Alegre, 28 de março de 2018.

SALESIO NUHS

Diretor Presidente

LUIZ AUGUSTO POLACCHINI

Diretor Administrativo Financeiro e de
Relações com Investidores

ANEXO A

MODELO DE PROCURAÇÃO

[Nome], [qualificação] (“Outorgante”), nomeia e constitui como seu procurador o Dr. Marcelo Bervian, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/RS n.º 36.186, CPF 590.626.300-49, com endereço profissional na Av. São Borja, 2181/Prédio A – CEP: 93.032-000 – São Leopoldo/RS (“Outorgado”), para representar o Outorgante, na qualidade de acionista da Forjas Taurus S.A. (“Companhia”), na Assembleia Extraordinária e Ordinária (“Assembleias”) a ser realizada, em primeira convocação, no dia 30 de abril de 2018, às 13h, na sede social da Companhia, na Av. São Borja, 2181/Prédio A – CEP: 93.032-000 – São Leopoldo/RS, e, se necessário, em segunda convocação, em data a ser informada oportunamente, ao qual outorga poderes para comparecer à Assembleia e votar, em nome e por conta do Outorgante, em conformidade com as orientações de voto estabelecidas abaixo para cada um dos itens da ordem do dia da Assembleia:

Em Assembleia Extraordinária:

(i) alterar a remuneração global dos Administradores do exercício social de 2017, aprovada em Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de abril de 2017, conforme a Proposta da Administração.

(☐) Aprovação (☐) Desaprovação (☐) Abstenção

Em Assembleia Ordinária:

(i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e aprovar as demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017;

(☐) Aprovação (☐) Desaprovação (☐) Abstenção

(ii) examinar, discutir e aprovar a proposta de orçamento de capital para o exercício social de 2018, conforme a Proposta da Administração.

(☐) Aprovação (☐) Desaprovação (☐) Abstenção

(iii) examinar, discutir e aprovar a proposta de remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2018, conforme a Proposta da Administração.

(☐) Aprovação (☐) Desaprovação (☐) Abstenção

(iv) eleger os seguintes membros para compor o Conselho Fiscal da Companhia.

(☐) Candidato(s) _____ (☐) Abstenção

(v) examinar, discutir e votar a proposta de fixação da remuneração dos membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2018, conforme a Proposta da Administração.

(☐) Aprovação (☐) Desaprovação (☐) Abstenção

[Local], [dia] de [mês] de 2018

[Assinatura do Outorgante com firma reconhecida]

ANEXO B**BOLETIM DE VOTO À DISTÂNCIA****BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA**
AGE - FORJAS TAURUS S.A. de 30/04/2018

Nome do Acionista
CNPJ ou CPF do acionista
E-mail
Orientações de preenchimento Para o acionista que optar por exercer seu direito de voto via este Boletim de Voto à Distância (Boletim), nos termos da Instrução CVM nº 481/2009, é imprescindível observar as seguintes instruções: (i) todos os campos deverão estar devidamente preenchidos; (ii) todas as páginas deverão estar rubricadas; e (iii) a última página deverá estar assinada pelo Acionista ou por seu(s) representante(s) legal(is), conforme o caso, e nos termos da legislação vigente. Não serão exigidos reconhecimento de firma, notorização ou consularização.
Orientações de entrega, indicando a faculdade de enviar diretamente à companhia ou enviar instruções de preenchimento ao escriturador ou ao custodiante Ao optar por exercer direito de voto a distância por meio deste Boletim, o acionista deverá preenchê-lo observadas as orientações acima e enviá-lo: (i) à Companhia ou (ii) ao Agente de Custódia ou (iii) ao Banco Escriturador, seguindo as instruções a seguir: (i) À COMPANHIA: juntamente com o Boletim, o Acionista deve enviar cópia autenticada dos seguintes documentos: Pessoa Física - documento de identidade com foto do acionista ou de seu representante legal: RG, RNE, CNH, passaporte e carteira de registro profissional. Pessoa Jurídica (PJ) e Fundos de Investimento (FI) - a) documento de identidade com foto do acionista ou de seu representante legal: RG, RNE, CNH, passaporte e carteira de registro profissional; b) contrato Social ou Estatuto Social consolidado e atualizado (no caso de PJ), ou regulamento consolidado e atualizado do fundo (no caso de FI); e c) documento que comprove os poderes de representação. (ii) AO AGENTE DE CUSTÓDIA: para tanto, os acionistas deverão entrar em contato com os seus Agentes de Custódia e verificar os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto via Boletim, bem como os documentos e informações por eles exigidos para tal. (iii) AO BANCO ESCRITURADOR: essa opção destina-se, exclusivamente, aos Acionistas detentores de ações depositadas no Banco Itaú S.A., que é o banco escriturador da Companhia. O Itaú criou o site Assembleia Digital (http://www.itaubr.com.br/securitieservices/assembleiadigital/), onde é possível realizar o voto a distância. Para votar pelo site é necessário realizar um cadastro e possuir um certificado digital.
Endereço postal e eletrônico para envio do boletim de voto a distância, caso o acionista deseje entregar o documento diretamente à companhia Departamento de Relações com Investidores Av. São Borja, 2181 – CEP: 93.032-000 – São Leopoldo/RS E-mail ri@taurus.com.br
Indicação da instituição contratada pela companhia para prestar o serviço de escrituração de valores mobiliários, com nome, endereço físico e eletrônico, telefone e pessoa para contato ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A. Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.500, 3º andar – São Paulo CEP 04538-132 Telefone - Atendimento a acionistas: 3003-9285 (capitais e regiões metropolitanas) 0800 7209285 (demais localidades) O horário de atendimento é em dias úteis das 9h às 18h. Email: atendimentoescrituracao@itau-unibanco.com.br

Deliberações / Questões relacionadas à AGE**Deliberação Simples**

1. Alterar a remuneração global dos Administradores do exercício social de 2017, aprovada em Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de abril de 2017, conforme a Proposta da Administração.

☐ Aprovar ☐ Rejeitar ☐ Abster-se

Cidade : _____

Data : _____

Assinatura : _____

Nome do Acionista : _____

Telefone : _____

BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA
AGO - FORJAS TAURUS S.A. de 30/04/2018

Nome do Acionista
CNPJ ou CPF do acionista
E-mail
Orientações de preenchimento Para o acionista que optar por exercer seu direito de voto via este Boletim de Voto à Distância (Boletim), nos termos da Instrução CVM nº 481/2009, é imprescindível observar as seguintes instruções: (i) todos os campos deverão estar devidamente preenchidos; (ii) todas as páginas deverão estar rubricadas; e (iii) a última página deverá estar assinada pelo Acionista ou por seu(s) representante(s) legal(is), conforme o caso, e nos termos da legislação vigente. Não serão exigidos reconhecimento de firma, notorização ou consularização.
Orientações de entrega, indicando a faculdade de enviar diretamente à companhia ou enviar instruções de preenchimento ao escriturador ou ao custodiante Ao optar por exercer direito de voto a distância por meio deste Boletim, o acionista deverá preenchê-lo observadas as orientações acima e enviá-lo: (i) à Companhia ou (ii) ao Agente de Custódia ou (iii) ao Banco Escriturador, seguindo as instruções a seguir: (i) À COMPANHIA: juntamente com o Boletim, o Acionista deve enviar cópia autenticada dos seguintes documentos: Pessoa Física - documento de identidade com foto do acionista ou de seu representante legal: RG, RNE, CNH, passaporte e carteira de registro profissional. Pessoa Jurídica (PJ) e Fundos de Investimento (FI) - a) documento de identidade com foto do acionista ou de seu representante legal: RG, RNE, CNH, passaporte e carteira de registro profissional; b) contrato Social ou Estatuto Social consolidado e atualizado (no caso de PJ), ou regulamento consolidado e atualizado do fundo (no caso de FI); e c) documento que comprove os poderes de representação. (ii) AO AGENTE DE CUSTÓDIA: para tanto, os acionistas deverão entrar em contato com os seus Agentes de Custódia e verificar os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto via Boletim, bem como os documentos e informações por eles exigidos para tal. (iii) AO BANCO ESCRITURADOR: essa opção destina-se, exclusivamente, aos Acionistas detentores de ações depositadas no Banco Itaú S.A., que é o banco escriturador da Companhia. O Itaú criou o site Assembleia Digital (http://www.itaubr.com.br/securitieservices/assembleiadigital/), onde é possível realizar o voto a distância. Para votar pelo site é necessário realizar um cadastro e possuir um certificado digital.
Endereço postal e eletrônico para envio do boletim de voto a distância, caso o acionista deseje entregar o documento diretamente à companhia Departamento de Relações com Investidores Av. São Borja, 2181 – CEP: 93.032-000 – São Leopoldo/RS E-mail ri@taurus.com.br
Indicação da instituição contratada pela companhia para prestar o serviço de escrituração de valores mobiliários, com nome, endereço físico e eletrônico, telefone e pessoa para contato ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A. Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.500, 3º andar – São Paulo CEP 04538-132 Telefone - Atendimento a acionistas: 3003-9285 (capitais e regiões metropolitanas) 0800 7209285 (demais localidades) O horário de atendimento é em dias úteis das 9h às 18h. Email: atendimentoescuracao@itau-unibanco.com.br

Deliberações / Questões relacionadas à AGO**Deliberação Simples**

2. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e aprovar as demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017;

☐ Aprovar ☐ Rejeitar ☐ Abster-se

Deliberação Simples

3. Examinar, discutir e aprovar a proposta de orçamento de capital para o exercício social de 2018, conforme a Proposta da Administração.

☐ Aprovar ☐ Rejeitar ☐ Abster-se

Deliberação Simples

7. examinar, discutir e aprovar a proposta de remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2018, conforme a Proposta da Administração.

☐ Aprovar ☐ Rejeitar ☐ Abster-se

Eleição do conselho fiscal por chapa única

Chapa indicada pelo Controlador

Haroldo Zago / Helder Jorge dos Santos Pereira Jr.

Amoreti Franco Gibbon / Edson Pereira Ribeiro

Mauro César Medeiros de Mello / Nildo Teixeira Freire

9. Indicação de todos os nomes que compõem a chapa - Chapa indicada pelo Controlador

☐ Aprovar ☐ Rejeitar ☐ Abster-se

10. Caso um dos candidatos que compõem a chapa deixe de integrá-la para acomodar a eleição em separado de que trata os arts. 161, § 4º, e 240 da Lei nº 6.404, de 1976, os votos correspondentes às suas ações podem continuar sendo conferidos à chapa escolhida? -

☐ Sim ☐ Não ☐ Abster-se

Deliberação Simples

8. Examinar, discutir e votar a proposta de fixação da remuneração dos membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2018, conforme a Proposta da Administração.

☐ Aprovar ☐ Rejeitar ☐ Abster-se

Cidade : _____

Data : _____

Assinatura : _____

Nome do Acionista : _____

Telefone : _____

ANEXO C

PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL PARA O EXERCÍCIO SOCIAL DE 2018

CAPEX			
Forjas Taurus		Fonte dos Recursos	
Pesquisa e desenvolvimento de produtos	R\$ 9.288.467,89	Próprios	
Modernização e ampliação da capacidade	R\$ 2.301.976,71	Próprios	
Tecnologia da informação	R\$ 123.996,71	Próprios	
Segurança do Trabalho e Meio Ambiente	R\$ 1.056.153,63	Próprios	
Outros	R\$ 7.860,01	Próprios	
SUB-TOTAL	R\$ 12.778.454,95		

Polimetal			
Modernização e ampliação da capacidade	R\$ 3.652.026,41	Próprios	
Tecnologia da informação	R\$ 20.800,00	Próprios	
Segurança do Trabalho e Meio Ambiente	R\$ 184.969,41	Próprios	
Outros	R\$ 6.000,00	Próprios	
SUB-TOTAL	R\$ 3.863.795,82		

Taurus Blindagens			
Pesquisa e desenvolvimento de produtos	R\$ 800.000,00	Próprios	
Modernização e ampliação da capacidade	R\$ 510.000,00	Próprios	
Tecnologia da informação	R\$ 276.500,00	Próprios	
Outros	R\$ 24.000,00	Próprios	
SUB-TOTAL	R\$ 1.610.500,00		

Taurus USA			
Pesquisa e desenvolvimento de produtos	R\$ 5.350.275,00	Próprios	
Modernização e ampliação da capacidade	R\$ 2.075.850,00	Próprios	
Tecnologia da informação	R\$ 472.500,00	Próprios	
Outros	R\$ 157.500,00	Próprios	
SUB-TOTAL	R\$ 8.056.125,00		

Consolidado Taurus			
Pesquisa e desenvolvimento de produtos	R\$ 15.438.742,89	Próprios	
Modernização e ampliação da capacidade	R\$ 8.539.853,12	Próprios	
Tecnologia da informação	R\$ 893.796,71	Próprios	
Segurança do Trabalho e Meio Ambiente	R\$ 1.241.123,04	Próprios	
Outros	R\$ 195.360,01	Próprios	
TOTAL	R\$ 26.308.875,77		

ANEXO D

INFORMAÇÕES SOBRE OS CANDIDATOS INDICADOS PARA O CONSELHO FISCAL

(Conforme Itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência)

Seguem abaixo as informações acerca dos candidatos indicados pelo acionista controlador para a composição do Conselho Fiscal da Companhia, nos termos do art. 10 da Instrução CVM nº 481/2009, conforme os itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência da ICVM 480/09.

12.5(a) Nome	HAROLDO ZAGO	MAURO CÉSAR MEDEIROS DE MELLO	AMORETI FRANCO GIBBON	HELDO JORGE DOS SANTOS PEREIRA JR.	NILDO TEIXEIRA FREIRE	EDSON PEREIRA RIBEIRO
12.5 (b) Data de Nascimento	10/10/1945	22/03/1949	16/12/1947	01/01/1968	13/11/1951	07/02/1957
12.5(c) Profissão	Administrador	Economista	Contador	Advogado	Contador	Contador
12.5(d) CPF	206.982.758-53	097.687.857-72	070.645.780-34	391.017.545-72	324.026.787-04	406.568.027-15
12.5(e) Cargo eletivo ocupado	Presidente do Conselho Fiscal	Membro efetivo do Conselho Fiscal	Membro efetivo do Conselho Fiscal	Membro suplente do Conselho Fiscal	Membro suplente do Conselho Fiscal	Membro suplente do Conselho Fiscal
12.5(f) Data da eleição	28/04/2017	28/04/2017	28/04/2017	28/04/2017	28/04/2017	28/04/2017
12.5(g) Data de posse	11/05/2017	11/05/2017	11/05/2017	-	-	-
12.5(h) Prazo do mandato	ATÉ AGO 2018	ATÉ AGO 2018	ATÉ AGO 2018	ATÉ AGO 2018	ATÉ AGO 2018	ATÉ AGO 2018
12.5(i) Outros cargos ou funções exercidos no emissor	NÃO HÁ	NÃO HÁ	NÃO HÁ	NÃO HÁ	NÃO HÁ	NÃO HÁ
12.5(j) Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	SIM	NÃO	SIM	SIM	NÃO	SIM
12.5(k) Se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado para determinar a independência	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
12.5(l) número de mandatos consecutivos	4	5	7	4	4	4

12.5(n) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal; ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	NADA CONSTA	NADA CONSTA	NADA CONSTA	NADA CONSTA	NADA CONSTA	NADA CONSTA
12.6 Participação, em percentual, nas reuniões do Conselho de Administração realizadas após a posse no cargo	100%	100%	100%	N/A	N/A	N/A
12.7 Indicar se é membro de algum comitê estatutário, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração na Companhia	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
12.8 Participação, em percentual, nas reuniões dos Comitês que faz parte após a posse no cargo	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
12.9 Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: a. administradores do emissor; b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor; c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor; d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	NÃO HÁ	NÃO HÁ	NÃO HÁ	NÃO HÁ	NÃO HÁ	NÃO HÁ
12.10 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e: a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor; b. controlador direto ou indireto do emissor; c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas:	NÃO HÁ	NÃO HÁ	NÃO HÁ	NÃO HÁ	NÃO HÁ	NÃO HÁ

12.5(m)

HAROLDO ZAGO

i. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos - nome da empresa; cargo e funções inerentes ao cargo e atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor:

Formado em Administração em 1976 pela Faculdade Capital (SP). A sua principal atividade dos últimos 5 anos foi como sócio-diretor na Engecer Ltda., localizada em São Carlos-SP.

ii. Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor:

Atua nos Conselhos Fiscais de outras companhias como por exemplo: Companhia Brasileira de Cartuchos e BrasilPrev.

MAURO CÉSAR MEDEIROS DE MELLO

i. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos - nome da empresa; cargo e funções inerentes ao cargo e atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor:

Bacharel em Ciências Econômicas – UFRJ (1973); Diretor Financeiro do Sindicato das Corretoras e DTVM do Rio de Janeiro – 1999/2008; Membro do Conselho do Clube Americano do RJ – 2002/2003; Presidente do Clube Americano do RJ – 2004/2005; Diretor da ANDIMA (2002/2005); Membro do Comitê do SINACOR/BOVESPA – 2003; Membro do Comitê do Tesouro Direto/ BOVESPA – 2004; Conselheiro Efetivo da ANCOR – 2006/2009. Realizou a implantação em Angola da CMC-Comissão do Mercado de Capitais e da BVDA-Bolsa de Valores e Derivativos de Angola. Diretor Acionista na Geração Futuro Corretora de Valores (2002 – 2007).

ii. Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor:

Rio de Janeiro Investimentos: Diretor Acionista – Junho/2009 até a presente data. Consultoria Internacional: Consultor - outubro 2007 até a presente data.

AMORETI FRANCO GIBBON

i. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos - nome da empresa; cargo e funções inerentes ao cargo e atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor:

Conselheiro Fiscal na Lupatech (2011). Sua principal atividade é fiscalizar os atos da administração da companhia, que fabrica de equipamentos e provém serviços para o setor de Petróleo e Gás.

ii. Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor:

Desde 2011 ocupa o cargo de Conselheiro Fiscal na Forjas Taurus S.A., exercendo funções de caráter fiscalizador na empresa Taurus, atuante nos setores de Defesa e Segurança, bem como dos setores de Metalurgia e Plásticos, sendo está vinculada ao Grupo Taurus.

HELDO JORGE DOS SANTOS PEREIRA JR.

i. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos - nome da empresa; cargo e funções inerentes ao cargo e atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor:

Formado em Administração de Empresas pela Faculdades Católica de Salvador (1990); Direito pela Faculdade Candido Mendes Centro (RJ) (2007). Pós-Graduado em Direito Tributário pela Universidade Candido Mendes Ribeiro Centro (RJ) (2009).

ii. Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor:

Desde Ago/07, sócio responsável pela área de consultoria tributária e empresarial para o escritório Pereira & Maron Advogados Associados (escritório jurídico com especialização em direito tributário e empresarial).

NILDO TEIXEIRA FREIRE

i. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos - nome da empresa; cargo e funções inerentes ao cargo e atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor:

Formado em Ciências Contábeis pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e pela Asa (USA) em Business Valuation.

Experiência profissional: Arthur Andersen – início em 1975 onde exerceu a função de Sócio-Diretor de Consultoria Fiscal-Financeira. Sócio encarregado da Divisão de Consultoria Fiscal-Financeira da Deloitte Touche Tohmatsu (2002-2010).

ii. Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor:

EDSON PEREIRA RIBEIRO

i. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos - nome da empresa; cargo e funções inerentes ao cargo e atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor:

Contador, formado pela Faculdade Celso Lisboa (RJ), com cursos de especialização na área de Auditoria, Controladoria, Gestão de qualidade, Análise Estruturada e Planejamento Estratégico. Experiência como empresário no ramo de locação de veículos com foco em clientes pessoa-física. 35 anos em atividades executivas liderando projetos de reestruturação de negócios, Join Ventures, Incorporações e Fusões. Profunda experiência no planejamento e desenvolvimento de estudos de viabilidade econômica, planejamento societário e fiscal. Negociação e elaboração de contratos com fornecedores. Possui larga experiência na negociação com fornecedores e regulação de mercado e ações junto à ANP. Atuou como Conselheiro Fiscal na Companhia Brasileira de Cartuchos de 2002 a 2006.

ii. Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor:

Desde 2006 atua como Diretor na Aurizônia Petróleo S.A./Quantra Petróleo S.A./Potióleo S.A., respondendo pela implantação e gerenciamento dos controles internos e de gestão de caixa, plena gestão administrativa- financeira do negócio. (Planejamento e Gestão do caixa, Pessoal, Sistemas, RH, Relacionamento Comercial, Licitações e regulamento fiscal voltado na área de Petróleo).

ANEXO E

PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

(Conforme Item 13 do Formulário de Referência)

Valor global destinado à remuneração dos administradores

Para o exercício de 2018, a Companhia propõe o montante global de remuneração para os administradores de até R\$ 6.873.224,68 (seis milhões, oitocentos e setenta e três mil, duzentos e vinte e quatro reais e sessenta e oito centavos), assim divididos: (i) remuneração fixa de R\$ 576.000,00 (quinhentos e setenta e seis mil reais) do Conselho de Administração; e (ii) remuneração da diretoria estatutária fixa de R\$ 2.879.755,20 (dois milhões, oitocentos e setenta e nove mil, setecentos e cinquenta e cinco reais e vinte centavos), mais a remuneração variável de até R\$ 3.119.734,80 (três milhões, cento e dezenove mil, setecentos e trinta e quatro reais e oitenta centavos), além dos benefícios da Diretoria Estatutária no valor de R\$ 81.753,04 (oitenta e um mil, setecentos e cinquenta e três reais e quatro centavos), a qual deverá ser submetida à aprovação em Assembleia. Para os membros do Conselho Fiscal, em atenção às disposições da Lei nº 6.404/76, propõe-se o montante global de R\$ 215.981,64 (duzentos e quinze mil, novecentos e oitenta e um reais e sessenta e quatro centavos).

13.1. Política e prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a) objetivos da política ou prática de remuneração

A remuneração atribuída tem por escopo o reconhecimento e a retribuição aos administradores da Companhia, considerando o impacto do cargo exercido, a responsabilidade decorrente, a capacitação profissional, a competência e a reputação do dirigente, em consonância com o porte da organização e a correspondente prática de mercado.

Neste sentido, a política de remuneração da Companhia visa aplicar critérios uniformes e princípios éticos para assegurar padrões de remuneração compatíveis com as responsabilidades

profissionais em relação aos cargos que ocupam na administração e nos demais órgãos da Companhia, quando existentes, além da responsabilidade inerente a estes cargos.

b) composição da remuneração, inclusive:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

A remuneração paga aos administradores da Companhia é composta por: (i) remuneração fixa, que objetiva atrair e reter profissionais, reconhecendo experiência, formação e conhecimento do executivo, (ii) pacote de benefícios que visa garantir a competitividade das práticas de remuneração total, frente ao mercado de executivos, e (iii) remuneração variável, que visa reconhecer o desempenho individual do executivo e sua colaboração nos resultados da Companhia.

A fixação da remuneração dos administradores da Companhia observa o processo previsto no Estatuto Social, sendo o montante global proposto pelo Conselho de Administração, cuja proposta é encaminhada para aprovação em Assembleia Geral Ordinária, realizada anualmente no mês de abril, valendo para o ano em curso, cabendo ao Conselho de Administração estabelecer os critérios e a metodologia para a sua distribuição entre os administradores.

O cálculo considera um estabelecimento de pró-labore que engloba honorários mensais do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, correspondentes a 12 meses por ano e outras eventuais verbas, mais a remuneração variável, benefícios e encargos do ponto de vista de ônus para o empregador. O Conselho de Administração não possui remuneração variável.

Os objetivos da política de remuneração estão atrelados às práticas e salários de mercado no que tange ao pró-labore e quanto à remuneração variável a um sistema de incentivo fundamentado em desempenho da Companhia como um todo, influenciado pelo desempenho individual.

A participação nos resultados é prevista no Estatuto Social, conforme prevê o art. 37 do Estatuto Social da Companhia, cuja redação foi consolidada em Reunião do Conselho de Administração do dia 22 de dezembro de 2015 é integralmente descrita abaixo:

“Artigo 37 - Feitas as deduções referidas no Artigo 36 supra, por deliberação do Conselho de Administração, observada a legislação societária, poderá ser destacada uma participação aos administradores, em montante equivalente a até 10% (dez por cento) dos lucros remanescentes, a qual não poderá ultrapassar a sua remuneração global anual.

Parágrafo 1º - Os administradores somente farão jus à participação nos lucros do exercício social em relação ao qual for atribuído aos acionistas o dividendo obrigatório de que trata o Parágrafo 1º do Artigo 38 deste Estatuto Social.

Parágrafo 2º - A participação atribuída aos administradores, nos termos deste Artigo, será rateada entre seus membros, por deliberação do Conselho de Administração.

Parágrafo 3º - O disposto neste artigo não se aplica à remuneração aos administradores, fixa ou variável, aprovada em plano de incentivo, estímulo ou participação, que venha a ser definida pelo Conselho de Administração, conforme orçamento de remuneração global aprovado em Assembleia Geral.”

A remuneração da Administração, incluindo Conselho de Administração e Diretoria Estatutária, varia de acordo com o montante global aprovado pela Assembleia Geral Ordinária.

Diretoria Estatutária

Remuneração Fixa: valor recebido mensalmente pelo profissional, que visa remunerá-lo de acordo com o nível de atribuições e responsabilidades atribuídas a posição do cargo ocupado na Companhia e é composta de 12 parcelas dentro do exercício fiscal. Inclui-se também os encargos de 20% de contribuição previdenciária.

Remuneração Variável Anual: valor recebido anualmente pelo profissional, de acordo com o resultado obtido das metas pactuadas anualmente com o Conselho de Administração. A remuneração variável da Diretoria Estatutária não poderá ultrapassar a sua remuneração global anual, conforme previsto no Art. 37 do Estatuto Social da Companhia.

Participação Estatutária: até 10% do lucro líquido anual ajustado da Companhia, conforme apurado em balanço.

Benefícios: refere-se ao conjunto de benefícios concedidos ao profissional, de acordo com a posição ocupada na Companhia. Os benefícios oferecidos pela Companhia seguem as práticas de mercado, sendo que a seus Diretores são concedidos os seguintes benefícios: plano de saúde, *check-up* médico, automóvel e seguro de vida.

Conselho de Administração

Remuneração 100% Fixa: valor recebido mensalmente pelos membros do Conselho de Administração, que visa remunerá-los de acordo as práticas de mercado. Inclui-se também os encargos de 20% de contribuição previdenciária.

Conselho Fiscal

Remuneração 100% Fixa: valor recebido mensalmente pelos membros do Conselho Fiscal, que visa remunerá-los de acordo com as práticas de mercado e da legislação vigente. Esta remuneração equivale à 10% da remuneração média dos diretores estatutários.

Comitês Estatutários de Assessoramento ao Conselho de Administração

Os participantes que são membros do Conselho de Administração ou da Companhia não recebem uma remuneração adicional pelo cargo nos comitês. Os especialistas externos são contratados mediante contrato de prestação de serviços quando aplicável, não havendo atualmente, nenhum especialista contratado para compor os comitês.

ii. proporção de cada elemento na remuneração total

Para fins de cálculo da proporção de cada elemento, foram considerados os valores de pró-labore, mais remuneração variável, mais benefícios. Foram considerados os encargos da Companhia (os 20% do

INSS) neste cálculo, apesar de mostrados de forma segregada nas tabelas do Item 13.2. do Formulário de Referência. Os cálculos para os exercícios de 2015, 2016, 2017 foram revistos.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017

Órgão	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios	Remuneração Total
Conselho de Administração	100,0%	n/a	n/a	100,0%
Conselho Fiscal	100,0%	n/a	n/a	100,0%
Diretoria Estatutária	100%	0%	0%	100,0%

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016

Órgão	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios	Remuneração Total
Conselho de Administração	100,0%	n/a	n/a	100,0%
Conselho Fiscal	100,0%	n/a	n/a	100,0%
Diretoria Estatutária	56,2%	43,3%	0,5%	100,0%

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015

Órgão	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios	Remuneração Total
Conselho de Administração	100,0%	n/a	n/a	100,0%
Conselho Fiscal	100,0%	n/a	n/a	100,0%
Diretoria Estatutária	47,7%	50,1%	2,2%	100,0%

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

2016/2017/2018

A remuneração dos Administradores é atrelada à evolução dos índices de inflação nacionais, em especial o INPC, podendo, a critério do Conselho de Administração, não ser deliberado qualquer reajuste, dependendo das condições de mercado e do desempenho da Companhia.

A remuneração estabelecida para os administradores segue as práticas e tendências de mercado, obtida através de pesquisas realizadas por consultoria especializada.

A remuneração fixa é baseada na mediana de mercado, podendo ser reajustada pela reposição da inflação ou de acordo com a variação da mediana no mercado.

A remuneração variável é baseada no conceito de metas, as quais são definidas previamente, existindo um “target” (premiação alvo) a ser atingida, levando em consideração o nível ocupado por cada profissional. No fechamento do exercício do ano, é avaliado o atingimento das metas.

2014/2015

O reajuste da remuneração dos Administradores leva em conta a evolução dos índices de inflação, podendo, a critério do Conselho de Administração, não ser deliberado qualquer reajuste, dependendo das condições de mercado e do desempenho da Companhia.

A remuneração estabelecida para os administradores segue as práticas e tendências de mercado, obtida através de pesquisas realizadas por consultoria especializada.

A remuneração fixa é baseada na mediana de mercado (Percentil 50), podendo ser reajustada pela reposição da inflação ou de acordo com a variação da mediana no mercado.

A remuneração variável é baseada no conceito de metas, as quais são definidas previamente, existindo um “target” (premiação alvo) a ser atingida, levando em consideração o nível ocupado por cada profissional. No fechamento do exercício do ano, é avaliado o atingimento das metas.

iv. razões que justificam a composição da remuneração:

A política de remuneração dos Administradores considera as responsabilidades de cada cargo e as práticas de mercado. Além disso, busca-se assegurar remuneração compatível com o padrão de mercado, garantindo-se adequada retribuição destes para o exercício de suas funções.

v. a existência de membros não remunerados e a razão para esse fato:

Não há membros da Administração não remunerados.

c) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:

A remuneração fixa é determinada com base em estruturas de remuneração competitivas que levam em consideração o know-how; soluções de problemas e responsabilidade de cada cargo, seguindo práticas de mercado.

A remuneração variável é resultante das metas pactuadas anualmente com o Conselho de Administração.

d) Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho:

A metodologia utilizada pela Companhia para definição da remuneração a ser paga aos administradores em cada exercício social contempla o atingimento de metas econômico-financeiras.

e) Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo:

A política de remuneração da Companhia é pautada em indicadores aprovados anualmente, e procura incentivar a Diretoria Estatutária ao atingimento de metas previamente acordadas de modo a buscar a melhor rentabilidade dos projetos desenvolvidos pela Companhia e alinhar os interesses deste com os da Companhia. Tais metas são, usualmente, vinculadas à melhoria do resultado da Companhia.

A remuneração dos administradores visa sustentar os objetivos de curto, médio e longo prazo da Companhia, estando compatível com o mercado.

f) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:

Não aplicável, visto que nenhum dos administradores recebe remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

g) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia:

Não aplicável, visto que não existem acordos firmados pela Companhia nesse sentido

h) Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria:

i. órgãos e comitês da Companhia que participam do processo decisório e de que forma participam

Não aplicável.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos:

Não aplicável.

iii. frequência e forma de avaliação do conselho de administração para adequação da política de remuneração:

Não aplicável.

13.2 – Remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

REMUNERAÇÃO TOTAL PREVISTA PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE (2018)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de Membros	5,00	4,00	3,00	12,00
Remuneração fixa anual				
Salário e pró-labore	480.000,00	2.399.796,00	179.984,70	3.059.780,70
Benefícios direto e indireto	0,00	81.753,04	0,00	81.753,04
Participação em Comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	96.000,00	479.959,20	35.996,94	611.956,14
Descrição de outras remunerações fixas	A empresa recolhe 20% a título de INSS	A empresa recolhe 20% a título de INSS	A empresa recolhe 20% a título de INSS	A empresa recolhe 20% a título de INSS
Remuneração variável				
Bônus	0,00	2.599.779,00	0,00	2.599.779,00
Part. de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Part. em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	519.955,80	0,00	519.955,80
Descrição de outras remunerações fixas		A empresa recolhe 20% a título de INSS		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total Remuneração	576.000,00	6.081.243,04	215.981,64	6.873.224,68

REMUNERAÇÃO TOTAL - EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31/12/2017

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de Membros	5,00	3,00	3,67	11,67
Remuneração fixa anual				
Salário e pró-labore	417.833,33	3.406.541,67	357.500,00	4.181.875,00
Benefícios direto e indireto	0,00	23.539,20	0,00	23.539,20
Participação em Comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	83.566,67	681.308,33	71.500,00	836.375,00
Descrição de outras remunerações fixas	A empresa recolhe 20% a título de INSS	A empresa recolhe 20% a título de INSS	A empresa recolhe 20% a título de INSS	A empresa recolhe 20% a título de INSS
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Part. de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Part. em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas		A empresa recolhe 20% a título de INSS		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total Remuneração	501.400,00	4.111.389,20	429.000,00	5.041.789,20

REMUNERAÇÃO TOTAL - EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31/12/2016

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de Membros	5,00	3,00	4,7	12,7
Remuneração fixa anual				
Salário e pró-labore	300.000,00	2.925.000,00	453.221,10	3.678.221,10
Benefícios direto e indireto	0,00	28.366,65	0,00	28.366,65
Participação em Comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	60.000,00	585.000,00	94.250,00	739.250,00
Descrição de outras remunerações fixas	A empresa recolhe 20% a título de INSS	A empresa recolhe 20% a título de INSS	A empresa recolhe 20% a título de INSS	A empresa recolhe 20% a título de INSS
Remuneração variável				
Bônus	0,00	2.255.002,00	0,00	2.255.002,00
Part. de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Part. em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	451.000,40	0,00	451.000,40
Descrição de outras remunerações fixas		A empresa recolhe 20% a título de INSS		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total Remuneração	360.000,00	6.244.369,05	547.471,10	7.151.840,15

REMUNERAÇÃO TOTAL - EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31/12/2015

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de Membros	9,08	3,58	5,00	17,66
Remuneração fixa anual				
Salário e pró-labore	544.999,99	3.273.804,99	478.651,24	4.297.456,22
Benefícios direto e indireto	0,00	181.821,00	0,00	181.821,00
Participação em Comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	109.000,00	654.761,00	95.730,25	859.491,24
Descrição de outras remunerações fixas	A empresa recolhe 20% a título de INSS	A empresa recolhe 20% a título de INSS	A empresa recolhe 20% a título de INSS	A empresa recolhe 20% a título de INSS
Remuneração variável				
Bônus	0,00	3.438.597,79	0,00	3.438.597,79
Part. de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Part. em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	687.719,56	0,00	687.719,56
Descrição de outras remunerações fixas		A empresa recolhe 20% a título de INSS		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total Remuneração	653.999,99	8.236.704,34	574.381,49	9.465.085,81

13.3 – Remuneração variável do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal
REMUNERAÇÃO VARIÁVEL PREVISTA PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE (2018)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5,00	4,00	5	14,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	3.119.734,80	-	3.119.734,80
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	3.119.734,80	-	3.119.734,80
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-

REMUNERAÇÃO VARIÁVEL - EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO 31/12/2017

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5,00	3,00	5	13,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-

Obs.: Não houve remuneração variável paga em 2017

REMUNERAÇÃO VARIÁVEL - EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO 31/12/2016

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5,00	3,00	4,7	12,7
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	4.506.002,40	-	4.506.002,40
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	2.706.002,40	-	2.706.002,40
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-

Obs.: Apenas os 3 membros da Diretoria Estatutária possuem remuneração variável.

REMUNERAÇÃO VARIÁVEL - EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO 31/12/2015

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	9,08	3,58	5	17,66
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	4.126.317,35	-	4.126.317,35
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	4.126.317,35	-	4.126.317,35
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-

Obs.: Apenas os 3,58 membros da Diretoria Estatutária possuíam remuneração variável.

13.4. Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente.

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

a) termos e condições gerais

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

b) principais objetivos do plano

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

c) forma como o plano contribui para esses objetivos

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

d) como o plano se insere na política de remuneração da Companhia

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

e) como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

f) número máximo de ações abrangidas

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

g) número máximo de opções a serem outorgadas

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

h) condições de aquisição de ações

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

i) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

j) critérios para fixação do prazo de exercício

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

k) forma de liquidação

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

l) restrições à transferência das ações

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

m) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

n) efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

13.5 Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da Diretoria Estatutária

Não houve remuneração baseada em ações nos últimos três exercícios sociais.

13.6. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social:

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

13.7. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais:

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

13.8. Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 (inclusive método de precificação do valor das ações e das opções)

Não aplicável à Companhia. **Justificativa:** A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

13.9. Ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social

Posição em 31 de dezembro de 2017:

Órgão	Emissor dos Valores Mobiliários	Quantidade de Ações			Debêntures
		ON	PN	Total	
Conselho de Administração	Forjas Taurus S.A.	9	-	9	-
Diretoria	Forjas Taurus S.A.	-	-	-	-
Conselho Fiscal	Forjas Taurus S.A.	8.090	-	8.090	-

Posição em 31 de dezembro de 2016:

Órgão	Emissor dos Valores Mobiliários	Quantidade de Ações			Debêntures
		ON	PN	Total	
Conselho de Administração	Forjas Taurus S.A.	9	-	9	-
Diretoria	Forjas Taurus S.A.	-	-	-	-
Conselho Fiscal	Forjas Taurus S.A.	141.190	1.125.318	1.266.508	-

Posição em 31 de dezembro de 2015:

Órgão	Emissor dos Valores Mobiliários	Quantidade de Ações			Debêntures
		ON	PN	Total	
Conselho de Administração	Forjas Taurus S.A.	10.746	2.628.198	2.638.944	-
Diretoria	Forjas Taurus S.A.	-	-	-	-
Conselho Fiscal	Forjas Taurus S.A.	9.090	181.818	190.908	-

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, incluir as seguintes informações:

Não há planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

13.11. Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Valores Anuais	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Número de Membros	3,00	3,00	3,58	5,00	5,00	9,08	3,00	4,67	5,00
Valor da maior remuneração (R\$)	1.781.000,00	1.560.000,00	4.187.913,35	240.000,00	60.000,00	60.000,00	119.166,67	97.500,00	114.876,30
Valor da menor remuneração (R\$)	706.875,00	585.000,00	53.334,00	60.000,00	30.000,00	10.000,00	119.166,67	32.500,00	114.876,30
Valor médio da remuneração (R\$)	1.135.513,89	975.000,00	2.246.417,17	96.000,00	50.083,33	72.026,43	119.166,67	95.730,25	114.876,30

13.12. Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria (inclusive consequências financeiras para a Companhia)

A Companhia não adota política específica no que se refere a remuneração e/ou indenizações para administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

No entanto, de garantir proteção financeira e tranquilidade para todos os que ocupam cargos diretivos tomem as decisões diárias com serenidade, além de ser visto como um competitivo benefício que propicia a retenção de profissionais qualificados, os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária contam com um Seguro de Responsabilidade Civil de Diretores e Administradores (*D&O - Directors & Officers*). Além disso, os diretores estatutários são contemplados com seguro saúde e vida, sendo estendido de acordo com o contrato individual.

13.13. Percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Exercício social 2017 – Percentual da remuneração total de cada órgão abaixo detida por membros que são partes relacionadas ao Controlador

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	14%	21%	-	18%

Exercício social 2016 – Percentual da remuneração total de cada órgão abaixo detida por membros que são partes relacionadas ao Controlador

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	20,0%	15,0%	-	15%

Exercício social 2015 – Percentual da remuneração total de cada órgão abaixo detida por membros que são partes relacionadas ao Controlador

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	9,2%	4,3%	-	4,4%

13.14. Valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria não recebem remuneração além das referentes aos cargos que ocupam na Companhia.

13.15. Valores reconhecidos no resultado dos três últimos exercícios sociais de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:

Exercício social 2017 – remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Exercício social 2017 – demais remunerações recebidas a título do cargo ocupado no controlador da Companhia

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	1.582.983,05	1.247.853,16	-	2.830.836,21
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Exercício social 2016 – remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Exercício social 2016 – demais remunerações recebidas a título do cargo ocupado no controlador da Companhia

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	1.493.100,00	812.075,34	-	2.305.175,34
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Exercício social 2015 – remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Exercício social 2015 – demais remunerações recebidas a título do cargo ocupado no controlador da Companhia

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	829.475,43	829.273,41	-	1.658.748,84
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

13.16 – Outras informações julgadas relevantes

Não aplicável.

ANEXO F

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AS ASSEMBLEIAS

FORJAS TAURUS S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 92.781.335/0001-02

NIRE 43 3 0000739 1

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA E ORDINÁRIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

São convocados os senhores acionistas da Forjas Taurus S.A. ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária ("Assembleia"), a ser realizada na sede social da Companhia, na Avenida São Borja, n.º 2181, Prédio "A", Cidade de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul, no dia 30 de abril de 2018, às 13:00 horas, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

Em Assembleia Extraordinária:

- (i) alterar a remuneração global dos Administradores do exercício social de 2017, aprovada em Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de abril de 2017.

Em Assembleia Ordinária:

- (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017;
- (ii) examinar, discutir e votar a proposta de orçamento de capital para o exercício social de 2018;
- (iii) examinar, discutir e votar a proposta de remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2018;
- (iv) eleger os membros do Conselho Fiscal da Companhia; e

- (v) examinar, discutir e votar a proposta de fixação da remuneração dos membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2018.

Instruções Gerais:

Os documentos relativos às matérias constantes da ordem do dia da Assembleia, incluindo a proposta da administração e demais informações exigidas pela Instrução CVM nº 481/2009, encontram-se à disposição dos senhores acionistas, a partir desta data, na sede da Companhia e nos websites da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br), BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (www.bmfbovespa.com.br) e de relações com investidores da Companhia (www.taurusri.com.br). É importante destacar que as demonstrações financeiras devidamente auditadas não foram divulgadas na mesma data desta convocação. Tal fato decorre da percepção da necessidade de esforços adicionais, pela administração da Companhia, para assegurar a qualidade das informações prestadas ao mercado. De qualquer maneira, a divulgação será efetuada no menor prazo possível e de modo a permitir a sua análise pelos acionistas em tempo hábil.

Para poder participar da Assembleia, nos termos do art. 15 do Estatuto Social da Companhia, os senhores acionistas ou seus procuradores legalmente constituídos deverão apresentar: (i) documento de identidade; (ii) comprovante de ações escriturais, expedido pela instituição financeira depositária das ações com antecedência não superior a 4 (quatro) dias contados da data da realização da Assembleia, ou, relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente; e (iii) se for o caso, instrumento de mandato para representação do acionista por procurador, outorgado nos termos do §1º do art. 126 da Lei nº 6.404/1976, conforme alterada e em vigor, desde que o respectivo instrumento de procuração, apresentado sempre em documento original, tenha sido regularmente depositado na sede social da Companhia. Juntamente com a procuração, cada acionista que não for pessoa natural ou que não estiver assinando a procuração em seu próprio nome deverá enviar documentos comprobatórios dos poderes de representação (cópia do estatuto social ou do contrato social atualizado e do ato que investe o representante de poderes suficientes).

Para facilitar sua participação, a Companhia recomenda que os senhores acionistas antecipem, preferencialmente até o dia 25.04.2018, às 18:00 horas, o envio de cópias dos documentos de comprovação da qualidade de acionista e de representação acima referidos, remetendo tais documentos, em atenção à área de relações com investidores, por e-mail para ri@taurus.com.br, ou

para a sede da Companhia no seguinte endereço: Avenida do São Borja, nº 2181, Prédio “A”, CEP 93032-000, São Leopoldo, RS – Brasil.

Conforme previsto nos artigos 21-A e seguintes da ICVM 481/09, os acionistas da Companhia também poderão exercer o voto em Assembleias Gerais por meio de voto a distância, através do “Boletim de Voto a Distância” (Boletim), disponibilizado nos websites da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br), BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (www.bmfbovespa.com.br) e de relações com investidores da Companhia (www.taurusri.com.br).

São Leopoldo, 28 de março de 2018.

Conselho de Administração da Forjas Taurus S.A.

ANEXO G**COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA**(CONFORME ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA)**10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais****a) condições financeiras e patrimoniais gerais**

Seguem abaixo os principais indicadores relativos ao financiamento das operações da Companhia por capital próprio e de terceiros, bem como os indicadores de liquidez referente aos três últimos exercícios:

Indicadores	2017	2016	2015
Margem Bruta	14,9%	23,3%	29,4%
Margem Operacional	-20,7%	-11,8%	-7,4%
Margem Líquida	-36,4%	-12,4%	-30,8%
Liquidez Geral	63,3%	110,7%	94,4%
Liquidez Corrente	46,7%	122,4%	73,7%
Liquidez Seca	24,8%	59,1%	46,1%
Liquidez Imediata	0,7%	6,9%	7,5%
Perc. Cap Próprio	-57,9%	-19,2%	-5,9%
Perc. Cap de Terceiros	157,9%	119,2%	105,9%

2015: As disponibilidades e aplicações financeiras totais somaram R\$ 94,9 milhões em Dez/15, montante 40,6% abaixo dos R\$ 159,8 milhões de Dez/14.

O endividamento bruto consolidado de curto e longo prazos totalizaram R\$ 780,3 milhões em Dez/15, aumento de 12,1% sobre a posição de Dez/14, gerado principalmente pela atualização cambial sobre as dívidas denominadas em Dólares norte americanos, que contabilizaram crescimento de 75,3%. Desta forma, a dívida líquida ficou em R\$ 685,3 milhões, aumento de 27,9% quando comparada com o saldo de fechamento do ano anterior.

A Taurus possui em circulação duas séries de debêntures de R\$ 50 milhões e R\$ 100 milhões, respectivamente:

- A 2ª emissão, realizada em agosto de 2011 com taxa DI + 2,8%, possui três parcelas trimestrais restantes, iniciadas em agosto de 2013 e saldo de R\$ 11,7 milhões em 31/dez/15; e

- A 3ª emissão foi realizada em junho de 2014 com taxa DI + 3,25% e covenants financeiros de mercado, medidos anualmente. O período total é de três anos, com carência de dois anos, com saldo de R\$ 116,1 milhões em 31/dez/15.

Em 2015, foram realizadas negociações com as principais instituições credoras da Companhia, que culminaram, em fevereiro de 2016, com a conclusão do processo de coleta de assinaturas à Proposta Indicativa de Empréstimo não vinculante com o objetivo de promover o alongamento de parte significativa da dívida da Companhia, aproximadamente US\$ 132,5 milhões.

O ciclo financeiro da Companhia apresentou redução de 45 dias em 2015 em relação à 2014. É importante destacar a maior eficiência na gestão de estoques da Empresa, cujo prazo caiu 23 dias em 2015 em comparação à 2014, em um momento de crescimento significativo de produção, evidenciando uma evolução no giro de estoque da Companhia.

O prazo de pagamento a fornecedores, que passou de 29 dias em 2014, para 50 dias em 2015, também contribuiu para a redução do ciclo financeiro da Companhia. Destacam-se as melhores negociações com fornecedores visto o aumento de produção, justamente em um momento de mercado quando foi percebida contrações em diversas áreas do setor industrial no país.

2016: Em dez/16, o endividamento bruto da Companhia era de R\$ 702,8 milhões, 9,9% abaixo dos R\$ 780,3 milhões registrados em dez/2015. As disponibilidades e aplicações financeiras totais somaram R\$ 29,9 milhões em dez/16, montante 68,5% inferior aos R\$ 94,9 milhões de dez/15. Assim, o endividamento líquido da Companhia recuou 1,8% em dez/16 em comparação à dez/15, registrando R\$ 672,9 milhões.

Com relação ao reperfilamento de dívida:

- Cerca de R\$ 520 milhões em dívida com vencimento no curto prazo migram para o longo prazo.
- Parte da dívida vinculada a Reais passa a estar vinculada a Dólares norte americanos, assim, a dívida vinculada à moeda estrangeira passou de cerca de 70% para, aproximadamente, 86%;
- A 3ª emissão de debêntures foi incluída no reperfilamento da dívida, sendo que 50% de sua composição passa a compor a linha de Empréstimos e Financiamentos de longo prazo, e as 50% remanescentes seguem como debêntures.

2017: Em dez/17, a Companhia apresentou endividamento bruto de R\$ 732,5 milhões. Cabe destacar que os vencimentos que haviam sido alongados na renegociação com o sindicato de bancos, em 2016,

retornaram para o curto prazo tendo em vista que os contratos previam índices financeiros (covenants), os quais não foram cumpridos. Assim sendo, em dez/17, os vencimentos de curto prazo da Taurus totalizaram R\$ 574,5 milhões. No longo prazo foram contabilizados vencimentos no montante de R\$ 158,0 milhões. A Companhia já vem trabalhando em uma nova renegociação de seu endividamento conforme Nota Explicativa 1 – Contexto Operacional, de suas demonstrações financeiras de 2017.

b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando: (i) hipóteses de resgate; e (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

Estrutura de Capital

2014: A Companhia encerrou 2014 com 177.584.427 ações emitidas, sendo 92.832.547 ações ordinárias e 84.751.880 ações preferenciais. Cabe ressaltar que, em AGE de 19 dezembro de 2014 foi aprovado um grupamento de ações à razão de onze ações de cada espécie (ON e PN), para uma da respectiva espécie. Desta forma, a partir de 20 de janeiro de 2015, as ações ordinárias e preferenciais passaram a ser negociadas de forma agrupada e com cotação unitária na BM&FBOVESPA.

A Companhia apresentou uma estrutura de capital de 5,32% recursos próprios e 94,68% de terceiros em 2014. A estratégia da Companhia será a busca do alongamento da dívida e redução dos custos financeiros, bem como a redução da mesma e o aumento da geração operacional de caixa, visando em médio prazo estabelecer uma relação ideal para o tipo de negócio da Companhia. A recomendação da Administração para chamada de novo aumento de capital visando readequar esta relação deve ocorrer ao longo do ano de 2015.

2015: Em 31 de dezembro de 2015, a quantidade de ações em circulação era de 40.448.248 ações, divididas em 27.446.627 ações ordinárias e 13.001.621 ações preferenciais. Cabe destacar que Em 06 de janeiro de 2016, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o exercício de Bônus de subscrição do acionista controlador Companhia Brasileira de Cartuchos (CBC) no valor de R\$ 11.701.400,00, assim, a partir dessa data, a quantidade de ações da Companhia passou a ser de 47.583.248 (quarenta e sete milhões, quinhentas e oitenta e três mil, duzentas e quarenta e oito) ações,

sendo 34.581.627 (trinta e quatro milhões, quinhentas e oitenta e uma, seiscentas e vinte e sete) ações ordinárias e 13.001.621 (treze milhões, mil, seiscentas e vinte e uma) ações preferenciais.

A Companhia fechou 2015 com um passivo a descoberto no valor de R\$ 61,1 milhões. Para a reversão desse quadro, a Companhia vem trabalhando em seu plano de reestruturação corporativa, envolvendo aspectos operacionais, financeiros e de gestão. Dentre as principais iniciativas deste plano vale destacar a transferência das operações de Porto Alegre para São Leopoldo, implementação do sistema ERP SAP e o reperfilamento da dívida. Estas iniciativas proporcionarão uma melhora na captura de sinergias, maior produção, e melhora na geração de caixa da Companhia.

2016: Em 2016, houve 3 aumentos de capital que somaram R\$ 29.241.726,44, os quais foram aprovados nas RCA's de 06/01/2016, 02/06/2016 e 27/06/2016. O capital social da Companhia, em 31.12.2016, era de R\$393.977.026,09 (trezentos e noventa e três milhões, novecentos e setenta e sete mil, vinte e seis reais e nove centavos), representado por 58.278.569 (cinquenta e oito milhões, duzentas e setenta e oito mil, quinhentas e sessenta e nove) ações, sendo 44.642.459 (quarenta e quatro milhões, seiscentas e quarenta e dois mil, quatrocentas e cinquenta e nove) ações ordinárias e 13.636.110 (treze milhões, seiscentas e trinta e seis mil, cento e dez) ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

A Companhia fechou 2016 com um passivo a descoberto no valor de R\$ 171,9 milhões. Com a conclusão do processo de reperfilamento de dívida, a Companhia dedicará seus esforços no refinamento de sua operação e geração de caixa de modo a reverter este quadro.

2017: Em 2017, ocorreram novos exercícios de bônus de subscrição, resultando no aumento de capital social que totalizou R\$ 10.511.814,52 (dez milhões, quinhentos e onze mil, oitocentos e quatorze reais e cinquenta e dois centavos), mediante a emissão de 6.409.643 (seis milhões, quatrocentos e nove mil, seiscentas e quarenta e três) novas ações, sendo 1.802.855 (um milhão, oitocentas e duas mil, oitocentas e cinquenta e cinco) ações ordinárias e 4.606.788 (quatro milhões, seiscentas e seis mil, setecentas e oitenta e oito) ações preferenciais, todas ao preço de emissão de R\$1,64 (um real e sessenta e quatro centavos) por ação, em decorrência do exercício de 1.802.855 (um milhão, oitocentos e dois mil, oitocentos e cinquenta e cinco) bônus de subscrição classe 1 e 4.606.788 (quatro milhões, seiscentos e seis mil, setecentos e oitenta e oito) bônus de subscrição classe 2, todos emitidos no âmbito do aumento de capital da Companhia homologado em 29 de setembro de 2015.

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social da Companhia era de R\$ 404.488.840,61

(quatrocentos e quatro milhões, quatrocentos e oitenta e oito mil, oitocentos e quarenta reais e sessenta e um centavos), representado por 64.688.212 (sessenta e quatro milhões, seiscentas e oitenta e oito mil, duzentas e doze) ações, sendo 46.445.314 (quarenta e seis milhões, quatrocentas e quarenta e cinco mil, trezentas e quatorze) ações ordinárias e 18.242.898 (dezoito milhões, duzentas e quarenta e duas mil, oitocentas e noventa e oito) ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

A Companhia fechou 2017 com um passivo a descoberto no valor de R\$ 445,2 milhões. Para retomar sua rentabilidade, a Companhia inicia 2018 com um pesado plano de reestruturação dividido em 4 áreas: i) Renegociação da Dívida; ii) Eficiência Operacional, iii) Eficiência Comercial, e iv) Avaliação de Resultados, conforme Nota Explicativa 1 – Contexto Operacional, de suas demonstrações financeiras de 2017.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

As disponibilidades e aplicações financeiras da Companhia, em dez/17, somaram R\$ 9,5 milhões, recuo de 68,2%, com relação a Dez/16, decorrente também do novo cenário de demanda nos EUA que exigiu um maior consumo de caixa pela Taurus.

Dessa forma, o endividamento líquido da Companhia avançou 7,4% em dez/17 em comparação a Dez/16, contabilizando R\$ 723,0 milhões. Vale destacar que já está em curso uma nova renegociação da dívida da companhia.

O momento de caixa da Companhia ainda continua bastante desafiador. Conforme comentado anteriormente, para antepor esse cenário a Companhia inicia 2018 com um pesado plano de reestruturação dividido em 4 áreas: i) Renegociação da Dívida; ii) Eficiência Operacional, iii) Eficiência Comercial, e iv) Avaliação de Resultados, conforme Nota Explicativa 1 – Contexto Operacional, de suas demonstrações financeiras de 2017.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Tendo em vista seu perfil exportador, a Companhia utiliza-se principalmente de adiantamentos de câmbio (ACC e PPE) para financiar seu capital de giro devido ao seu custo mais atrativo. O restante da

necessidade é complementada com linhas de capital de giro, tais como Nota de Crédito Exportação (NCE) e linhas de giro do BNDES (PEC, BNDES Exim-Pré-Embarque).

Para investimentos são utilizados recursos de linhas especiais do BNDES e FINEP, FINIMP, bem como recursos próprios.

O acesso a novas linhas de financiamento de terceiros não é possível atualmente dada a condição de endividamento e alavancagem da Companhia, bem com seu patrimônio líquido e margens operacionais negativas.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia poderá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Em 2016, a Companhia havia renegociado os prazos de vencimento de suas dívidas, contudo, como os contratos previam índices financeiros (covenants), os quais não foram cumpridos, os vencimentos que haviam sido alongados na renegociação com o sindicato de bancos, em 2016, retornaram para o curto prazo em 2017. A Companhia inicia 2018 com um pesado plano de reestruturação que contempla, dentre outros, uma nova renegociação da dívida, conforme Nota Explicativa 1 – Contexto Operacional, de suas demonstrações financeiras de 2017.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por notas promissórias, aplicações financeiras, alienação fiduciária de máquinas e equipamentos e hipoteca de imóveis. Os avais concedidos pela controladora e os avais concedidos pela Companhia à suas controladas estão demonstrados na nota explicativa 25 – Partes relacionadas, anexas às demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31.12.2017.

Os contratos de empréstimos e financiamentos firmados pela Companhia e suas controladas contêm cláusulas restritivas que limitam certas modificações societárias, entre elas: alteração do controle direto ou indireto da Companhia, redução do capital social da Companhia e/ou da sua controladora, distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos aos acionistas pela Companhia e/ou sua controladora em caso de mora com qualquer das obrigações, redução de capital social da Companhia. Os contratos, ainda, determinam a manutenção de determinados índices financeiros, tais como: (dívida líquida/EBITDA) igual ou inferior a 3,5 vezes (em 2017 e 3,0x a partir de 2018) e EBITDA/despesas financeiras líquidas igual ou superior a 1,10 vezes em 2017 e 1,20 vezes a partir de 2018. Em dez/17, as restrições não foram atingidas, por isso, os vencimento que haviam sido renegociados para o longo prazo, em 2016, foram realocados no curto.

i. contratos de empréstimos e financiamentos relevantes

	Moeda	Taxa de juros nominal	Ano de vencimento	Consolidado			
				2017		2016	
				Valor contratado	Valor contábil	Valor contratado	Valor contábil
Empréstimos e financiamentos							
Capital de giro	R\$	CDI + 6,15%	2018	2.500	993	2.500	1.253
FINAME	R\$	2,50% a 8,70% a.a	2021	7.681	1.014	8.515	2.284
FINEP	R\$	4% a 5,25% a.a.	2020	14.095	5.564	14.095	8.348
BNDES	R\$	3,50% a.a.	2020	9.995	5.672	9.995	7.675
FNE	R\$	9,50% a.a.	2019	9.806	2.821	9.806	4.232
Adiantamento de recebíveis	R\$	23,9% a.a.	2017	6.136	15.422	6.136	6.136
Adiantamento de cambio	USD	9,80% a.a.	2017	28.065	24.193	28.065	28.065
Capital de giro	USD	Libor + 1,55% a 5,6% a.a	2021	499.162	528.709	499.162	490.990
Capital de giro	USD	80% a 100% do CDI a.a.	2019	65.072	53.526	65.072	65.466
Investimentos	USD	5,33% a.a.	2021	6.035	15.028	6.035	15.652
Investimentos	USD	Libor + 2,25% aa	2021	1.731	3.585	1.731	3.768
Total				656.527			633.869
Passivo circulante				498.557			60.757
Passivo não circulante				157.970			573.112

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em dezembro de 2016, a Companhia concluiu o processo de formalização e assinatura dos contratos para captação de recursos com o objetivo de realizar o pagamento e/ou

reperfilamento de dívidas com determinadas Instituições Financeiras, bem como de sua 3ª emissão pública de debêntures.

Os termos da Operação contemplam o alongamento do prazo de vencimento de dívidas com os Credores no valor de US\$ 150,7 milhões. O prazo total da Operação passa a ser de 5 (cinco) anos, com 2 (dois) anos de carência para início do pagamento do principal. A amortização do principal ocorrerá com pagamentos trimestrais, sendo iniciados ao final do 24º mês (inclusive). Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente durante o período de carência e trimestralmente após este período.

A Operação foi constituída com as seguintes garantias reais: (i) alienação fiduciária da totalidade das quotas da Taurus Blindagens Ltda. e da Taurus Blindagens Nordeste Ltda. (“Alienação Fiduciária”); (ii) hipoteca de 1º grau de 03 imóveis localizados em Mandirituba/PR, e 02 imóveis localizados em Porto Alegre, RS (“Hipoteca”); e (iii) cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes da totalidade dos recursos objeto de eventual venda das quotas objeto da Alienação Fiduciária e da Hipoteca, bem como direitos inerentes à titularidade da conta vinculada da Companhia a ser aberta com o propósito de recebimento dos recursos.

Contudo, em 2017, os vencimentos que haviam sido alongados na renegociação com o sindicato de bancos, em 2016, retornaram para o curto prazo tendo em vista que os contratos previam índices financeiros (covenants), os quais não foram cumpridos. A Companhia inicia 2018 com um plano de reestruturação que contempla, dentre outros, uma nova renegociação da dívida, conforme nota explicativa 1 – Contexto Operacional.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Não existem dívidas subordinadas.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Os instrumentos de financiamento da Companhia prevêem, em sua maioria, o vencimento antecipado de suas obrigações objeto da escritura em determinadas circunstâncias, dentre as quais destacam-se: alteração do controle direto ou indireto da Companhia, redução do capital social da Companhia e/ou da sua controladora, distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio. Além disso, o instrumento, que foi incluído no processo de reperfilamento de dívida assinado de dezembro/2016, prevê o vencimento antecipado em casos de descumprimento de cláusulas contratuais, que definem, dentre outras obrigações: a manutenção de determinados índices financeiros, tais como: (dívida líquida/EBITDA) igual ou inferior a 3,5 vezes (em 2017 e 3,0x a partir de 2018) e

EBITDA/despesas financeiras líquidas igual ou superior a 1,10 vezes em 2017 e 1,20 vezes a partir de 2018, onde: dívida líquida é igual ao total das dívidas (incluindo avais e garantias) menos as disponibilidades, EBITDA é igual ao lucro antes dos impostos, juros, tributos, depreciação e amortização dos últimos 12 meses e despesas financeiras líquidas, que correspondem ao total de receitas financeiras menos despesas financeiras dos últimos 12 meses, ajustados por itens não recorrentes, tendo como garantias: fiança, alienação fiduciária, hipotecas, cessão fiduciária e penhor externo que serão compartilhadas com os credores da operação de garantia internacional e credores de debentures.

Em 2017, os vencimentos que haviam sido alongados na renegociação com o sindicato de bancos, em 2016, retornaram para o curto prazo tendo em vista que os contratos previam índices financeiros (covenants), os quais não foram cumpridos. A Companhia inicia 2018 com um pesado plano de reestruturação que contempla, dentre outros, uma nova renegociação da dívida, conforme nota explicativa 1 – Contexto Operacional.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

A Companhia possui linhas de crédito contratadas junto a instituições financeiras, conforme apresentado na nota explicativa 18 das Demonstrações Financeiras do exercício de 2017. Todas estas linhas de crédito estão sendo utilizadas integralmente.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As demonstrações contábeis da Companhia e empresas consolidadas foram elaboradas conforme as normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. Seguem os comparativos entre 2015, 2016 e 2017. A seguir, são destacadas, em milhares de reais, as principais alterações comparativas dos principais grupos do balanço patrimonial, da demonstração de resultado e demonstração do fluxo de caixa.

BALANÇO PATRIMONIAL	2015	2016	2017
Ativo Total	1.022.340	893.057	768.959
AH	4,3%	-12,6%	-13,9%
Ativo Circulante	591.905	472.452	451.460
AH	3,1%	-20,2%	-4,4%
AV	57,9%	52,9%	58,7%
Caixa e Equivalentes de Caixa	60.312	26.708	6.679
AH	-42,3%	-55,7%	-75,0%
AV	5,9%	3,0%	0,9%
Aplicações Financeiras	22.040	2.552	1.777
AH	-34,5%	-88,4%	-30,4%
AV	2,2%	0,3%	0,2%
Contas a Receber	192.076	150.197	122.611
AH	37,5%	-21,8%	-18,4%
AV	18,8%	16,8%	15,9%
Estoques	221.861	244.197	211.885
AH	10,6%	10,1%	-13,2%
AV	21,7%	27,3%	27,6%
Tributos a Recuperar	36.546	20.497	44.458
AH	56,1%	-43,9%	116,9%
AV	3,6%	2,3%	5,8%
Despesas Antecipadas	19.239	23.435	6.674
AH	66,8%	21,8%	-71,5%
AV	1,9%	2,6%	0,9%
Outros Ativos Circulantes	39.831	4.866	57.376
AH	-34,6%	-87,8%	1079,1%
AV	3,9%	0,5%	7,5%
Ativo Não Circulante	430.435	420.605	317.499
AH	6,2%	-2,3%	-24,5%
AV	42,1%	47,1%	41,3%
Ativo Realizável a Longo Prazo	63.796	57.284	21.455
AH	-4,5%	-10,2%	-62,5%
AV	6,2%	6,4%	2,8%
Investimentos	12.004	50.457	349
AH	-10,4%	320,3%	-99,3%
AV	1,2%	5,6%	0,0%
Imobilizado	273.189	238.650	222.686
AH	6,2%	-12,6%	-6,7%
AV	26,7%	26,7%	29,0%
Intangível	81.446	74.214	73.009

AH	19,7%	-8,9%	-1,6%
AV	8,0%	8,3%	9,5%

Passivo Total	1.022.340	893.057	768.959
AH	4,3%	-12,6%	-13,9%
Passivo Circulante	802.939	385.897	965.692
AH	43,2%	-51,9%	150,2%
AV	78,5%	43,2%	125,6%
Obrigações Sociais e Trabalhistas	33.075	34.645	41.927
AH	31,8%	4,7%	21,0%
AV	3,2%	3,9%	5,5%
Fornecedores	81.224	128.712	99.954
AH	123,6%	58,5%	-22,3%
AV	7,9%	14,4%	13,0%
Obrigações Fiscais	26.562	39.170	40.031
AH	50,7%	47,5%	2,2%
AV	2,6%	4,4%	5,2%
Empréstimos e Financiamentos	307.546	26.989	534.713
AH	11,9%	-91,2%	1881,2%
AV	30,1%	3,0%	69,5%
Adiantamento de recebíveis	54.589	6.136	15.422
AH	117,4%	-88,8%	151,3%
AV	5,3%	0,7%	2,0%
Saques Cambiais	191.948	28.065	24.193
AH	231,8%	-85,4%	-13,8%
AV	18,8%	3,1%	3,1%
Instrumentos Financeiros	956	543	242
AH	-96,0%	-43,2%	-55,4%
AV	0,1%	0,1%	0,0%
Outras Obrigações	63.610	70.455	141.937
AH	24,1%	10,8%	101,5%
AV	6,2%	7,9%	18,5%
Provisões	43.429	51.182	67.273
AH	-10,9%	17,9%	31,4%
AV	4,2%	5,7%	8,7%
Passivo Não Circulante	279.517	679.061	248.500
AH	-23,8%	142,9%	-63,4%
AV	27,3%	76,0%	32,3%
Empréstimos e Financiamentos	232.159	641.123	157.970
AH	-32,1%	176,2%	-75,4%
AV	22,7%	71,8%	20,5%
Outras Obrigações	5.719	5.572	7.614

AH	-7,4%	-2,6%	36,6%
AV	0,6%	0,6%	1,0%
Tributos Diferidos	717	15.190	30.937
AH	-92,7%	2018,5%	103,7%
AV	0,1%	1,7%	4,0%
Provisões	40.922	17.176	51.979
AH	342,9%	-58,0%	202,6%
AV	4,0%	1,9%	6,8%
Patrimônio Líquido Consolidado	- 60.116	- 171.901	- 445.233
AH	-215,4%	185,9%	159,0%
AV	-5,9%	-19,2%	-57,9%
Capital Social Realizado	364.735	393.977	404.489
AH	12,3%	8,0%	2,7%
AV	35,7%	44,1%	52,6%
Reservas de Capital	- 29.295	- 40.832	- 40.996
AH	-28,5%	39,4%	0,4%
AV	0,0%	0,0%	0,0%
Lucros/Prejuízos Acumulados	- 566.155	- 668.102	- 952.635
AH	78,4%	18,0%	42,6%
AV	-55,4%	-74,8%	-123,9%
Ajustes de Avaliação Patrimonial	31.739	49.736	48.240
AH	-13,5%	56,7%	-3,0%
AV	3,1%	5,6%	6,3%
Ajustes Acumulados de Conversão	138.860	93.320	95.669
AH	184,3%	-32,8%	2,5%
AV	13,6%	10,4%	12,4%

(1) As disponibilidades e aplicações financeiras totais somaram R\$ 94,9 milhões em Dez/15, montante 40,6% abaixo dos R\$ 159,8 milhões de Dez/14. O endividamento bruto consolidado de curto e longo prazos totalizaram R\$ 780,3 milhões em Dez/15, aumento de 12,1% sobre a posição de Dez/14, gerado principalmente pela atualização cambial sobre as dívidas denominadas em dólares norte americanos, que contabilizaram crescimento de 75,3%. Desta forma, a dívida líquida ficou em R\$ 685,3 milhões, aumento de 27,9% quando comparada com o saldo de fechamento do ano anterior.

(2) Em 2016, a redução do passivo circulante em 51,9%, para R\$ 385,9 milhões deveu-se à conclusão do processo de reperfilamento de dívida, conforme abaixo:

- Cerca de R\$ 520 milhões em dívida com vencimento no curto prazo migram para o longo prazo.

- Parte da dívida vinculada a Reais passa a estar vinculada a Dólares norte americanos, assim, a dívida vinculada à moeda estrangeira passou de cerca de 70% para, aproximadamente, 86%;
- A 3ª emissão de debêntures foi incluída no reperfilamento da dívida, sendo que 50% de sua composição passa a compor a linha de Empréstimos e Financiamentos de longo prazo, e as 50% remanescentes seguem como debêntures.

(3) Em 31/dez/15, a Companhia passou a operar com Passivo a descoberto de R\$ 61,1 milhões gerado principalmente pelos prejuízos acumulados dos últimos anos, que foi parcialmente compensado pelo aumento de capital homologado em 29/set/2015. Em 2016, apesar dos aumentos de capital decorrentes dos exercícios de bônus de subscrição, os desafios do processo de reestruturação corporativa provocaram a expansão do passivo a descoberto da Companhia para R\$ 171,9 milhões.

(4) em 2017, as dificuldades enfrentadas no EUA, com a eleição de Donald Trump e a normalização da demanda em patamares inferiores ao verificado na gestão Obama, fez com que houvesse um maior consumo de caixa em 2017, provocando a redução da linha de Caixa e Equivalentes de Caixa em 75%, atingindo R\$ 6,7 milhões em dez/17.

(5) Também em 2017, o não cumprimento de índices financeiros (covenants) previstos no contrato de alongamento de dívida em 2016, fez com que a dívida alongada em 2016 voltasse ao curto prazo em 2017. Esse evento fez com que a linha de passivo circulante totalizasse R\$ 965,7 milhões em 2017, 150,2% superior a 2016.

DEMONSTRATIVO DE RESULTADO	2015	2016	2017
Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	823.809	830.273	784.876
AH	39,3%	0,8%	-5,5%
Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	- 581.736	- 637.072	- 668.147
AH	29,2%	9,5%	4,9%
AV	70,6%	76,7%	85,1%
Resultado Bruto	242.073	193.201	116.729
AH	71,4%	-20,2%	-39,6%
AV	29,4%	23,3%	14,9%
Despesas/Receitas Operacionais	- 303.000	- 291.441	- 279.584
AH	29,4%	-3,8%	-4,1%
AV	36,8%	35,1%	35,6%
Resultado Antes do Result. Financ. e dos Trib.	- 60.927	- 98.240	-162.855
AH	-34,4%	61,2%	65,8%

AV	-7,4%	-11,8%	-20,7%
Resultado Financeiro	-218.575	- 2.709	-114.139
AH	137,1%	-98,8%	4113,3%
AV	-26,5%	-0,3%	-14,5%
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-279.502	-100.949	-276.994
AH	51,0%	-63,9%	174,4%
AV	-33,9%	-12,2%	-35,3%
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	25.692	- 2.078	- 9.034
AH	-6843,3%	-108,1%	334,7%
AV	3,1%	-0,3%	-1,2%
Resultado Líquido das Operações Continuadas	-253.810	-103.027	-286.028
AH	36,9%	-59,4%	177,6%
AV	-30,8%	-12,4%	-36,4%
Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-253.810	-103.027	-286.027
AH	36,9%	-59,4%	177,6%
AV	-30,8%	-12,4%	-36,4%

(6) Em 2015, a receita líquida atingiu R\$ 823,8 milhões, aumento de 39,3% frente aos R\$ 591,5 milhões registrados em 2014. Os destaques ficaram por conta da retomada do mercado americano, que havia se contraído em 2014, e, principalmente, da recuperação de market share da Companhia nesse país, além da taxa de câmbio favorável às exportações.

(7) As despesas operacionais somaram R\$ 303,0 milhões em 2015, avanço de 29,4% em relação ao apresentado no ano anterior. Já as despesas operacionais ajustadas pelos eventos não recorrentes ligados ao processo Carter e ao processo de reestruturação corporativa, os quais incluem: (i) a transferência das operações de Porto Alegre para São Leopoldo, caracterizando a mudança da sede da Empresa, (ii) a implantação do novo modelo de produção, (iii) rescisões trabalhistas, (iv) despesas com consultorias de reorganização desses processos, e (v) implementação e adequação de processos e de ativos ao novo sistema ERP SAP, somaram R\$ 208,9 milhões, praticamente estáveis frente às despesas operacionais ajustadas de 2014. Cabe lembrar que as despesas ajustadas de 2015 ainda incluem atualizações dos valores de provisões, os quais representaram incremento de despesa de aproximadamente R\$ 30,7 milhões, sendo deste valor o montante de R\$ 22,3 milhões relacionado às provisões para causas trabalhistas reconhecidos no segundo semestre de 2015.

(8) Em 2015, o resultado foi negativo em R\$ 253,8 milhões, impactado, principalmente, pelos itens não recorrentes ligados ao processo Carter e ao processo de reestruturação corporativa, os quais incluem: (i) a transferência das operações de Porto Alegre para São Leopoldo, caracterizando a mudança da sede da Empresa, (ii) a implantação do novo modelo de produção, (iii) rescisões trabalhistas, (iv) despesas com consultorias de reorganização desses processos, e (v) implementação e adequação de processos e de ativos ao novo sistema ERP SAP, que somaram R\$ 103,3 milhões; e pelo impacto da conta variação cambial no resultado financeiro, de R\$ 162,8 milhões.

(9) Em 2016, a receita líquida consolidada registrou R\$830,3 milhões, avanço 0,8% em comparação à 2015. Este crescimento é importante considerando, especialmente, os desafios enfrentados pela Companhia em 2016: (i) a menor produção de armas no primeiro semestre do ano, decorrente do processo de estabilização da nova planta em São Leopoldo, que integrou as operações de Porto Alegre, (ii) a priorização do atendimento ao mercado americano, principalmente nos primeiros meses do ano, beneficiando o ciclo de caixa, que foi um desafio constante em 2016, e (iii) o cenário econômico interno desfavorável, o que prejudicou o segmento de capacetes durante o ano.

(10) A desvalorização de 16,5% do dólar de fechamento provocou um registro positivo de R\$ 92,7 milhões na linha de Variações Cambiais em 2016, fazendo com que o resultado financeiro líquido do ano ficasse negativo em apenas R\$ 2,7 milhões, contra um resultado negativo de R\$ 219,7 milhões em 2015. Segue abaixo a abertura do resultado financeiro da Companhia.

(11) A Companhia registrou um prejuízo de R\$ 103,0 milhões em 2016, ao passo que, em 2015, o prejuízo foi de R\$ 253,8 milhões. O resultado de 2016 reflete o desafio e esforço no processo de reestruturação da Companhia no que tange à integração da planta de produção de armas em São Leopoldo, à estabilização do novo método de produção e à implantação do novo sistema ERP SAP.

(12) Em 2017, a receita líquida consolidada da Companhia atingiu R\$ 784,8 milhões, recuo de 5,5% em relação à 2016 e de 4,7% em comparação à 2015. Esta contração é originada, principalmente, no segmento de armas, tanto no mercado externo, com o movimento de normalização da demanda de armas no EUA com a eleição de Donald Trump, como no mercado interno, com os orçamentos governamentais mais restritos em 2017. As exportações da Companhia registraram 589,4 milhões em 2017, 4,7% menores do que os R\$618,6 milhões registrados em 2016 e praticamente estável ao realizado em 2015. As vendas no mercado interno atingiram R\$ 195,4 milhões, 7,7% inferiores ao contabilizado em 2016 e 16,4% menor do que o reportado em 2015. O destaque positivo da receita ficou por conta das exportações de armas para outros países, que registraram R\$ 43,8 milhões em

2017, 18,1% superior ao registrado em 2016 e 4,5% acima do contabilizado em 2015. Importante para esse movimento foram os primeiros embarques da nova pistola Hammer para a Ásia, e do novo Fuzil T4 para o Oriente Médio no segundo semestre de 2017. Estes dois novos produtos terão contribuição importante tanto para o desenvolvimento de novos mercados. O segmento de capacetes, apesar de ter apresentado uma importante recuperação no último trimestre de 2017, fechou o ano com retração de 10,8% em suas vendas, totalizando R\$ 89,6 milhões. No comparação com 2015, as vendas de capacetes em 2017 registraram contração de 18,9%.

(13) No ano, o resultado financeiro da Companhia contabilizou saldo negativo de R\$ 114,1 milhões, frente a um resultado também negativo de R\$ 2,7 milhões em 2016. Esta variação está ligada, principalmente, à linha de Variações Cambiais, que possui relevante sensibilidade em relação à volatilidade do câmbio. A conta de variações cambiais, que registrou um saldo negativo de R\$ 13,0 milhões em 2017 contra um montante positivo de R\$ 92,7 milhões em 2016. Cabe lembrar que o dólar de fechamento em 2017 apresentou valorização de 1,5% em relação ao dólar de fechamento de 2016. Já ao final de 2016 o dólar de fechamento havia depreciado-se 16,5% em relação à 2015. Em 2017, a Companhia acumula um prejuízo de R\$ 286,0 milhões, contra saldo também negativo de R\$ 103,0 milhões em 2016. Em 2015, a Taurus havia registrado prejuízo de R\$ 218,6 milhões.

FLUXO DE CAIXA - CONSOLIDADO		2015	2016	2017
Caixa no Início do Período		104.536	60.312	26.708
AH		-62,8%	-42,3%	-55,7%
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais		79.189	36.276	33.823
AH		53,7%	-54,2%	-6,8%
Atividades de Investimento		-25.623	-12.253	-20.776
AH		-64,0%	-52,2%	69,6%
Atividades de Financiamento		-97.790	-57.627	-33.076
AH		-37,7%	-41,1%	-42,6%
Aumento (Redução) de Caixa		-44.224	-33.604	-20.029
AH		-75,0%	-24,0%	-40,4%
Caixa no Fim do Período		60.312	26.708	6.679
AH		-42,3%	-55,7%	-75,0%

(14) Na AGE de 29/09/2015 foi homologado o aumento de capital aprovado na AGE de 15/07/2015, no valor de R\$ 39.858.904,40. Em 06/01/16, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, no montante

de R\$11.701.400,00, decorrente do exercício, pelo acionista Companhia Brasileira de Cartuchos (CBC), de 7.135.000 bônus de subscrição classe 1, com a consequente emissão de 7.135.000 novas ações ordinárias, integralmente subscritas pela CBC ao preço de emissão de R\$ 1,64 (um real e sessenta e quatro centavos) por ação, conforme termos e condições aprovados no âmbito do aumento de capital da Companhia homologado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de setembro de 2015. Em 31/12/2015 este valor foi contabilizado como adiantamento para aumento de capital.

(15) Em 2016, a Companhia apresentou geração de caixa operacional de R\$ 36,3 milhões, recuo de 54,1% em relação a geração de caixa operacional em 2015. Já as atividades de investimento apresentaram desembolso de R\$ 13,1 milhões em 2016, principalmente impactado pelos valores de obras e investimentos realizados na mudança da sede das operações para São Leopoldo e na implantação do novo sistema ERP SAP. Por fim, as atividades de financiamento também apresentaram consumo de caixa em 2016, no valor de R\$ 57,6 milhões, montante inferior aos R\$ 97,6 milhões consumidos em 2015. Assim o caixa e equivalentes de caixa da Companhia apresentou redução de R\$ 34,4 milhões em 2016 contra uma redução de R\$ 44,1 milhões em 2015, fazendo com que o seu saldo final ficasse em R\$ 26,0 milhões em 2016, 57,0% inferior ao saldo de 2015.

(16) Em 2016, houve 3 aumentos de capital que somaram R\$ 29,2 milhões, os quais foram aprovados nas RCA's de 06/01/2016, 02/06/2016 e 27/06/2016. Contudo, para efeito de fluxo de caixa, dos R\$29,2 milhões aportados, R\$ 11,7 milhões, apesar de terem sido aprovados na RCA de 06/01/2016, ingressaram na Companhia em Dez/15, sendo contabilizados como adiantamento para futuro aumento de capital naquele ano, ficando apenas R\$ 17,5 milhões contabilizados no fluxo de caixa de 2016 como aumento de capital.

(17) Em 2017, ocorreram novos exercícios de bônus de subscrição, resultando no aumento de capital social que totalizou R\$ 10.511.814,52 (dez milhões, quinhentos e onze mil, oitocentos e quatorze reais e cinquenta e dois centavos), mediante a emissão de 6.409.643 (seis milhões, quatrocentos e nove mil, seiscentas e quarenta e três) novas ações, sendo 1.802.855 (um milhão, oitocentas e duas mil, oitocentas e cinquenta e cinco) ações ordinárias e 4.606.788 (quatro milhões, seiscentas e seis mil, setecentas e oitenta e oito) ações preferenciais, todas ao preço de emissão de R\$1,64 (um real e sessenta e quatro centavos) por ação, em decorrência do exercício de 1.802.855 (um milhão, oitocentos e dois mil, oitocentos e cinquenta e cinco) bônus de subscrição classe 1 e 4.606.788 (quatro milhões, seiscentos e seis mil, setecentos e oitenta e oito) bônus de subscrição classe 2, todos emitidos no âmbito do aumento de capital da Companhia homologado em 29 de setembro de 2015.

(18) em 2017, as dificuldades enfrentadas no EUA, com a eleição de Donald Trump e a normalização da demanda em patamares inferiores ao verificado na gestão Obama, fez com que houvesse um maior consumo de caixa em 2017, provocando uma redução no saldo final de caixa de 75%, o qual atingiu R\$ 6,7 milhões em 2017.

10.2. Resultado Operacional e Financeiro

a) resultado das operações da Companhia

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Armas – o processo de produção de armas, por tratar-se de uma indústria preponderantemente metalúrgica, utiliza-se das seguintes fases básicas: forjamento (a partir de perfis chatos), usinagem (a partir de perfis chatos de aço e através de fresadoras, furadeiras, tornos, brochadeiras, etc.), MIM – Metal Injection Molding (peças injetadas em metal), montagem (manual), acabamento (basicamente polimento), tratamento térmico e superficial e montagem final (ajustes necessários); essas operações são realizadas pela Forjas Taurus S.A. e Taurus Holdings, Inc. e suas controladas. O mercado de exportação figura como o principal do segmento de armas.

Capacetes – o processo de produção de capacetes utiliza-se das seguintes fases: injeção (a partir do ABS – Acrylonitrile Butadiene Styrene), pintura e acabamento (a partir de peças já injetadas, através de processo de pintura manual e automatizada), costura (a partir de tecidos, espuma e chapas de policarbonatos, utilizando-se máquinas de corte, costura e balancim) e montagem final; essas operações são realizadas pela Taurus Blindagens Ltda. e Taurus Blindagens Nordeste Ltda. As vendas de capacetes são majoritariamente para o mercado interno.

Outros – MIM – *Metal Injection Molding* (peças injetadas em metal) para terceiros (Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda.). A operação de plásticos foi descontinuada pela Companhia em Janeiro/2018.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Armas

- 2015 foi marcado por uma importante recuperação nas vendas nos EUA, registrando incremento de 97,3% em relação a 2014, somando R\$ 542,5 milhões. Este crescimento é bastante significativo, visto que, no período, o índice NICS (*National Instant Background Check System*), estatística do FBI, que permite apurar intenções de compras de armas nos EUA, cresceu apenas 8,8%, representando uma forte recuperação de *market share* da companhia. Além disso, o câmbio do período foi favorável às exportações
- No ano de 2016, as vendas de armas no mercado interno somaram R\$ 93,1 milhões, queda de 6,9% em comparação à 2015. Esta queda foi resultado da estratégia da Companhia, principalmente nos primeiros meses do ano, de priorizar o atendimento ao mercado norte americano devido aos menores prazos de pagamento, dando preferência à geração de caixa, que foi um desafio constante durante todo o ano de 2016. O mesmo motivo impactou as vendas para outros países somaram R\$ 37,1 milhões em 2016, um recuo de 11,5% frente ao acumulado de 2015. As vendas de armas nos EUA, em 2016, somam R\$ 577,1 milhões, 6,4% acima do verificado em 2015. Apesar da priorização de atendimento à este mercado, o crescimento das vendas ficou limitado porque, na estratégia de direcionar os esforços para suportar o caixa, também priorizou-se a produção de armas de maior giro, que, consequentemente, possuem preços mais competitivos.
- Em 2017, a receita líquida consolidada da Companhia atingiu R\$ 784,8 milhões, recuo de 5,5% em relação à 2016 e de 4,7% em comparação à 2015. Esta contração é originada, principalmente, no segmento de armas, tanto no mercado externo, com o movimento de normalização da demanda de armas no EUA com a eleição de Donald Trump, como no mercado interno, com os orçamentos governamentais mais restritos em 2017. As exportações da Companhia registraram 589,4 milhões em 2017, 4,7% menores do que os R\$618,6 milhões registrados em 2016 e praticamente estável ao realizado em 2015. As vendas no mercado interno atingiram R\$ 195,4 milhões, 7,7% inferiores ao contabilizado em 2016 e 16,4% menor do que o reportado em 2015. O destaque positivo da receita ficou por conta das exportações de armas para outros países, que registraram R\$ 43,8 milhões em 2017, 18,1% superior ao registrado em 2016 e 4,5%

acima do contabilizado em 2015. Importante para esse movimento foram os primeiros embarques da nova pistola Hammer para a Ásia, e do novo Fuzil T4 para o Oriente Médio no segundo semestre de 2017. Estes dois novos produtos terão contribuição importante tanto para o desenvolvimento de novos mercados.

Capacetes

- redução na demanda por capacetes em 2014 quando comparada a 2013 e 2012; redução nos preços de venda visando aumento no volume, manutenção do market share e giro nos estoques; redução no preço médio dos capacetes também em função do mix vendido; e aumento nos custos de mão-de-obra em função dos ajustes salariais acima da inflação aprovados nas unidades fabris.
- 2015 e 2016 foram anos desafiadores para o segmento de capacetes dado o momento adverso da economia brasileira, com elevações constantes nos índices de inflação e desemprego, além de projeções de crescimento negativo para o PIB doméstico. Em 2015 foi realizado um rebalanceamento de produção, quando se reduziu a produção na planta de Mandirituba/PR e aumentou-se a produção na planta de Simões Filho/BA com o objetivo de alcançar maior eficiência tributária.
- Em 2017, as vendas de capacetes apresentaram recuo de 10,8% em relação à 2016, totalizando R\$ 89,6 milhões. Dado que este segmento possui forte correlação com o desempenho da economia, esse crescimento já é reflexo do período adverso vivido pela economia brasileira nos últimos anos. Contudo, já se foi possível verificar uma retomada das vendas deste segmento no quarto trimestre deste ano, dado melhora dos indicadores de desemprego, taxa de juros e PIB que ocorreram ao longo de 2017.

Outros

- descontinuidade da operação de forjaria para terceiros no final de 2013;
- mix de produtos vendidos em 2014 mais favorável à Companhia em relação a 2013 e 2012.

- Em 2015 e 2016, o segmento impactado negativamente pelos déficits orçamentários dos governos, o que reduziu o número de licitações nestes anos.
- Este segmento apresentou vendas líquidas de R\$ 18,6 milhões, resultado 17,3% abaixo do apurado em 2016. Em janeiro/2018, as operações de plásticos foram descontinuadas.

Outros fatores geraram impactos relevantes no exercício de 2017 tais como:

- A eleição de Donald Trump provocou um processo de normalização de demanda nos EUA. A demanda de armas nos EUA, durante o governo Obama, apresentou patamares atipicamente mais elevados devido à temores de possíveis controles para compras de armamento. Com Trump, esses temores esvaziaram-se, regularizando a demanda em patamares menores do que o verificado no governo anterior. Além disso, produtores e distribuidores, que estavam com estoques elevados, na expectativa de uma possível vitória de Hilary Clinton, passaram por um processo de redução de estoques, provocando uma maior competitividade e uma intensificação do ambiente promocional naquele país.
- Dessa forma, a Taurus precisou redimensionar-se em termos de nível de produção, estrutura de custos e mão de obra para adequar-se ao novo cenário norte-americano.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

Em 2017, a receita líquida consolidada da Companhia atingiu R\$ 784,8 milhões, recuo de 5,5% em relação à 2016 e de 4,7% em comparação à 2015. Esta contração é originada, principalmente, no segmento de armas, tanto no mercado externo, com o movimento de normalização da demanda de armas no EUA com a eleição de Donald Trump, como no mercado interno, com os orçamentos governamentais mais restritos em 2017. As exportações da Companhia registraram 589,4 milhões em 2017, 4,7% menores do que os R\$618,6 milhões registrados em 2016 e praticamente estável ao

realizado em 2015. As vendas no mercado interno atingiram R\$ 195,4 milhões, 7,7% inferiores ao contabilizado em 2016 e 16,4% menor do que o reportado em 2015.

O destaque positivo da receita ficou por conta das exportações de armas para outros países, que registraram R\$ 43,8 milhões em 2017, 18,1% superior ao registrado em 2016 e 4,5% acima do contabilizado em 2015. Importante para esse movimento foram os primeiros embarques da nova pistola Hammer para a Ásia, e do novo Fuzil T4 para o Oriente Médio no segundo semestre de 2017. Estes dois novos produtos terão contribuição importante tanto para o desenvolvimento de novos mercados.

O segmento de capacetes, apesar de ter apresentado uma importante recuperação no último trimestre de 2017, fechou o ano com retração de 10,8% em suas vendas, totalizando R\$ 89,6 milhões. Na comparação com 2015, as vendas de capacetes em 2017 registraram contração de 18,9%.

Apesar da retração no mercado norte-americano, o segmento de armas ainda teve expansão em sua participação na receita líquida da Companhia, passando de 85% no ano de 2016, para 86% em 2017. Já o segmento de capacetes, que apesar da melhora de final de ano, apresentou retração em suas vendas em 2017, com redução em sua participação, de 12% para 11%, no mesmo período. O segmento de “outros”, de menor proporção na receita, manteve sua participação estável em 2017 quando comparado a 2016.

I. Armas

Este segmento contempla armas curtas (revólveres e pistolas de uso de segurança pública, privada, uso restrito militar e civil), armas longas (rifles, carabinas e espingardas), além de submetralhadoras. As operações deste segmento são realizadas pela Forjas Taurus S.A. em São Leopoldo/RS e Taurus Holdings, Inc. nos Estados Unidos.

No mercado brasileiro, o destaque ficou por conta do crescimento da vendas individuais, que incluem policiais em geral, magistrados e CAC's (caçadores, atiradores e colecionadores) que adquirem uma arma para uso particular. Este crescimento compensou o decréscimo nas vendas governamentais, dado os orçamentos restritos dos organismos públicos nos últimos anos. Assim as vendas líquidas em 2017 de armas contabilizaram R\$ 91,5 milhões, o que representa uma pequena queda de 1,7% em comparação apresentado em 2016.

Nos EUA, o ano de 2017 bastante competitivo, com as vendas da Companhia atingindo R\$ 541,3 milhões, um recuo de 6,2% com relação à 2016. Este desempenho é impactado pela eleição de Donald

Trump, que provocou um processo de normalização de demanda no país norte-americano. A demanda de armas nos EUA, durante o governo Obama, apresentou patamares atipicamente mais elevados devido à temores de possíveis controles para compras de armamento. Com Trump, esses temores esvaziaram-se, regularizando a demanda em patamares menores do que o verificado no governo anterior. Além disso, produtores e distribuidores, que estavam com estoques elevados, na expectativa de uma possível vitória de Hilary Clinton, passaram por um processo de redução de estoques, provocando uma maior competitividade e uma intensificação do ambiente promocional naquele país.

Este cenário de menor demanda é evidenciado na análise do indicador de mercado *Adjusted NICS* (*National Instant Background Check System*), o qual permite apurar intenções de compras de armas nos EUA. Em 2017 este indicador apresentou um recuo de 11% em comparação à 2016.

O destaque positivo ficou por conta das exportações para outros países, as quais registraram avanço de 18,1% em relação à 2016, contabilizando R\$ 43,8 milhões. Vale destacar os embarques da Pistola Hammer e do Fuzil T4, que tiveram como destino Oriente Médio e Ásia. Estes dois novos produtos terão contribuição importante, em 2018, tanto para o desenvolvimento de novos mercados como para a recomposição das margens operacionais da Companhia.

Assim a receita líquida de armas registrou R\$ 676,6 milhões, 4,3% abaixo do que o registrado em 2016, e 1,1% menor do que o reportado em 2015.

A margem bruta de armas, em 2017, registrou 12,4%, uma queda de 8,5p.p. em comparação à 2016. Esse desempenho é impactado pelo acirramento da competição nos EUA, que fez com que os níveis de preços naquele mercado fossem reduzidos ao longo do ano. Ainda, a menor demanda naquele mercado provocou uma readequação dos níveis de produção da Companhia, que apesar da agilidade em redimensionar-se, acabou por sofrer pressão em suas margens operacionais.

II. Capacetes

O segmento de capacetes é o segundo maior da Companhia, com produção nas unidades da Taurus Blindagens Ltda., em Mandirituba/PR, e na unidade da Taurus Blindagens Nordeste Ltda., em Simões Filho/BA.

Em 2017, as vendas de capacetes apresentaram recuo de 10,8% em relação à 2016, totalizando R\$ 89,6 milhões. Dado que este segmento possui forte correlação com o desempenho da economia, esse crescimento já é reflexo do período adverso vivido pela economia brasileira nos últimos anos. Contudo,

já se foi possível verificar uma retomada das vendas deste segmento no quarto trimestre deste ano, dado melhora dos indicadores de desemprego, taxa de juros e PIB que ocorreram ao longo de 2017.

Comparando a evolução das vendas físicas de capacetes da Companhia com as vendas físicas de motocicletas no Brasil, verifica-se uma retração de 12,0% nas vendas físicas de capacetes da Companhia, em 2017, em relação à 2016, frente a uma queda de 14,7% nas vendas de motocicleta no período. Dessa forma, verifica-se uma recuperação de *market share* da Companhia no ano, movimento este que se percebe desde 2015.

A margem bruta deste segmento ficou em 23,8%, em 2017, 6,2 p.p. abaixo dos 30,0% contabilizados em 2016.

III. Outros

Além de armas e capacetes, a Taurus também possui o segmento de peças metal-injetadas (M.I.M. - *Metal Injection Molding*). A operação de plásticos foi descontinuada pela Companhia em Janeiro/2018. Este segmento apresentou vendas líquidas de R\$ 18,6 milhões, resultado 17,3% abaixo do apurado em 2016. Este segmento possui pouca representatividade na receita da Companhia e possui demandas pontuais.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia.

O impacto destas variáveis ocorre devido à exposição dos ativos e passivos da Companhia ao dólar, à inflação e à taxa de juros. A Companhia não possui instrumentos de hedge cambial, tampouco de hedge de juros. A Companhia possui hedge cambial natural visto que possui cerca de 86% de sua dívida em dólar, ao passo que possui cerca de 75% de suas receitas em moeda norte americana, além de possuir ativos na mesma moeda.

10.3. Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras.

a) introdução ou alienação de segmento operacional

A Forjas Taurus S.A. efetivou, no mês de janeiro de 2018, por meio de suas controladas Taurus Investimentos Imobiliários Ltda. e Taurus Plásticos Ltda., a venda de ativos, incluindo um imóvel e demais ativos imobilizados pelo valor total de R\$ 8,6 Milhões, sendo que parte desse valor foi utilizado pela Forjas Taurus S.A. para amortização de dívidas bancárias. Esta operação de venda foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia e teve seu pagamento realizado em 19 de janeiro de 2018.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em junho de 2016 ocorreu o desinvestimento da participação minoritária que a Companhia possuía na Famastil pelo valor de R\$ 5 milhões, conforme ata do Conselho de Administração de 02.06.2016.

c) eventos ou operações não usuais

Não aplicável.

10.4. Os diretores devem opinar:

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis nos últimos 3 anos.

b) Efeitos significativos das alterações das práticas contábeis

Não aplicável.

c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve ressalvas ou ênfases no parecer do auditor.

10.5. Políticas contábeis críticas.

A elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e os pronunciamentos do CPC requerem que a administração faça julgamentos, estimativas e tome decisões que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas sob variáveis, premissas ou condições diferentes.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos, avaliações ou estimativas referente as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis e as informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro, estão discriminadas a seguir:

a. Ativos e passivos fiscais diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferido são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil. Os saldos registrados são originados, principalmente, de provisões temporárias diversas.

O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente. A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da solução final dos eventos que lhes deram origem.

O montante registrado passível de compensação refere-se ao valor de imposto de renda e contribuição social diferidos, ativo e passivo ao qual a entidade tem o direito legal de compensação e foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização.

Os ativos fiscais diferidos reconhecidos sobre os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportado por projeções de resultados tributáveis futuros, com base em estudos de viabilidade que consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e são revisados a cada final de exercício.

b. Provisões

A Companhia registra uma provisão quando tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, em consequência de um evento passado, que seja provável haver desembolso para sua liquidação e na melhor estimativa de custos, mensurar esta obrigação.

b.1 – Provisão para contingências

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos e constitui provisão para os litígios baseado nas evidências disponíveis, na jurisprudência legal e também na opinião de seus assessores jurídicos.

As provisões são revisadas periodicamente e ajustadas levando em consideração as alterações das circunstâncias que levaram ao seu registro.

c. Teste de recuperabilidade de ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados a cada encerramento de exercício, no nível da unidade de negócios, para avaliar se existem indicativos de redução ao valor de recuperação. Se existir algum indicativo, o valor de recuperação do ativo é estimado.

Os testes de recuperabilidade são baseados em projeções de expectativas de fluxo de caixas descontados que levam em consideração determinadas premissas tais como, custo de capital, taxa de crescimento, plano de investimentos e previsões econômico financeiras de longo prazo.

Uma perda de redução ao valor de recuperação será conhecida sempre que o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa exceder seu valor de recuperação. Perdas de redução ao valor de recuperação são reconhecidas no resultado do exercício.

d. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não mantém operações com instrumentos financeiros derivativos.

10.6. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras.

Não houve itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia, encerradas em 31 de dezembro de 2017.

a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como: i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; iv) contratos de construção não terminada; e v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

Com relação a este item, não existem informações a reportar.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não houve outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia, encerradas em 31 de dezembro de 2017.

10.7. Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

Não houve outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia, encerradas em 31 de dezembro de 2017.

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Com relação a este item, não existem informações a reportar.

b) natureza e o propósito da operação

Com relação a este item, não existem informações a reportar.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Com relação a este item, não existem informações a reportar.

10.8 - Comentário dos diretores sobre principais elementos do plano de negócios da Companhia, explorando especificamente os seguintes tópicos:

Perspectivas

Com relação ao segmento de armas, para 2018, no mercado norte-americano, principal mercado da Companhia, estima-se uma manutenção da demanda nos patamares regulares. Contudo, à medida que os novos produtos entrem em comercialização, Companhia passará a ter um incremento em sua receita nesse mercado, haja visto que estes fogem da guerra de preço dos produtos tradicionais, atingindo outro espaço no mercado. Assim, a entrada de novos produtos será importante para a recuperação da rentabilidade da Taurus, em especial nos EUA.

No Brasil, apesar das projeções econômicas para 2018 apontarem para uma melhora dos indicadores econômicos, os orçamentos dos governos ainda tendem a permanecer restritos, o que deve fazer com que as vendas governamentais de armas permaneçam estáveis. Contudo, é possível prever uma expansão das vendas individuais, as quais incluem policiais em geral, magistrados e CAC's (caçadores, atiradores e colecionadores) que adquirem uma arma para uso particular. Essa expansão sustenta-se no tanto colocação de novos produtos como na liberação do uso do calibre 9mm para policiais militares.

A melhora do cenário econômico doméstico, por outro lado deverá beneficiar o segmento de capacetes. Assim, em 2018, será possível perceber uma recuperação das vendas do segmento, bem como a recuperação de suas margens operacionais.

Do lado financeiro, o ingresso dos novos produtos, contribuindo para fluxos adicionais de caixa, aliados à renegociação da dívida bancária em andamento, bem como à renegociação dos vencidos com fornecedores já concluída, devem favorecer a gestão do caixa em 2018.

Dessa forma, 2018 será o ano o qual já será possível verificar a recuperação, de forma material, da rentabilidade da Companhia. Por fim, a Administração sublinha sua confiança no caminho que será percorrido em 2018, sob a regência de uma nova diretoria, totalmente renovada e credenciada para a condução dos negócios neste ano que se inicia.

Plano de Reestruturação para a Recuperação da Rentabilidade da Companhia:

Para o equacionamento econômico/financeiro da operação, a Companhia conta, além da possibilidade de desinvestimentos de ativos não “core”, com um pesado plano de reestruturação dividido em 4 áreas: i) Renegociação da Dívida; ii) Eficiência Operacional, iii) Eficiência Comercial, e iv) Avaliação de Resultados. Segue abaixo a abertura de cada área:

I – Renegociação da Dívida:

A reestruturação da dívida será realizada através de uma renegociação direta e extrajudicial com os credores, compreendendo as seguintes atividades:

- Construção, análise e validação de projeções operacionais e financeiras;
- Elaboração de estratégias de negociação em diferentes cenários;
- Negociação com comitê o credores através de agendamento de reuniões e apresentações;
- Realização das devidas formalizações do processo (termsheets, taxas, contratos, sindicalização, etc);

II – Eficiência Operacional

De forma macro, haverá uma reavaliação da Estrutura Organizacional da Companhia através da análise de atividades e processos, *Span of Control* e remuneração média. Para tanto, será feito:

- Realinhamento da estrutura com os objetivos estratégicos;
- Simplificação dos níveis hierárquicos para ganho de agilidade na tomada de decisão;

- Normalização das áreas para evitar conflitos e redundâncias;
- Revisão das responsabilidades e funções de cada posição;
- Definição clara das métricas;
- Remodelagem do relacionamento com as demais unidades da empresa;
- Reavaliação de terceirização de atividades “non-core”;
- Reavaliação dos níveis de serviço;
- Reavaliação da centralização de atividades;
- Eliminação de atividades que não agregam valor;
- Análises para ganhos de eficiência nos processos;
- Redução duradoura e inteligente dos custos;
- Desenvolvimento de um ambiente participativo e propício à mudanças;

De forma específica, o planejamento e a gestão operacional será segmentada conforme abaixo com seus respectivos planos de ação:

CPV – Custo do produto vendido:

- Analisar a evolução dos Custos Variáveis e GGF para identificação de principais desvios e oportunidades

Planejamento Mestre Operacional:

- Revisitar o modelo de S&OP;
- Aprimorar metodologia de previsão de demanda;
- Revisitar o processo e modelo lógico de planejamento de produção e inventário de estoques;

Eficácia da Gestão Operacional:

- Revisar métricas, metas e rotinas de apontamento de resultados dos indicadores chave dos processos
- Mapear pontos críticos de melhoria de cada processo e desenvolver/implementar as ações corretivas aplicáveis;

Perdas de Materiais (yield e refugo):

- Identificar pontos críticos de melhoria e implementar as ações corretivas aplicáveis.

Pesquisa e Desenvolvimento:

- Identificação das necessidades de Capex;

- Integração com todas as unidades industriais
- Cronograma de ações.

Ferramentas que serão usadas:

- Explosão de Ideias
- Análise de dados
- Simulações de cenários
- Análises de Causa/Efeito
- Matriz de Compensação

II – Eficiência Comercial

Para capturar maiores ganhos em eficiência na área comercial, será dado foco em 3 áreas conforme abaixo:

Análise de mercado

- Revisitar o modelo de pricing
- Mapeamento de canais de venda e análise das estratégias por canal;
- Análise de oportunidades para a redução da quantidades de *Layers* e aproximação do ponto de venda;

Portfólio de produtos

- Análise de performance das categorias de produtos
- Análise para racionalização de SKU's
- Definição de estratégias para itens de baixa margem
- Definição do posicionamento de cada categoria

Execução Comercial

- Avaliar o modelo de gestão de rotina de vendas
- Reavaliação e modelagem de um programa de remuneração variável da equipe de vendas

- Reestruturação do modelo de acompanhamento do atingimento de metas.

IV – Avaliação de Resultados

Essas iniciativas objetivam ajustar os processos chaves da Taurus de modo à incrementar a rentabilidade e competitividade da Companhia, tendo o ROIC como principal indicador a ser avaliado. Cabe destacar, como indicadores secundários, também serão avaliados: NOPAT, Capital Investido, EBIT e Capital de Giro.

Dessa forma, através da definição de papéis e responsabilidades, métricas de performance e uma cultura de disciplina na execução de planos de ação, a Companhia continua tomando ações objetivando uma maior eficiência operacional e financeira, visando atender a crescente demanda por seus produtos, a melhoria em suas margens, recuperação da rentabilidade e equilíbrio em seus fluxos de caixa

(a) investimentos, incluindo: i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos:

Os planos de negócios da Companhia são elaborados a partir de sondagens efetuadas nos mercados de atuação que servem de base para o planejamento de produtos, processos industriais, investimentos, projeções de rentabilidade, retorno de capital investido e fonte de suprimento de recursos.

Ressalta-se que por tratar-se de projeções e perspectivas de negócios, os mesmos envolvem riscos, incertezas e premissas, portanto dependem de circunstâncias que podem ou não ocorrer. Fatos como condições econômicas gerais, condições da indústria e outros fatores operacionais, podem afetar os montantes previstos de alocação em ativos fixos e capital de giro.

A Companhia efetua o controle através de cronogramas e orçamento anual, revisados periodicamente.

Para 2018, estão revistos R\$ 26,3 milhões em investimentos, conforme descrição abaixo:

CAPEX		
Forjas Taurus		Fonte dos Recursos
Pesquisa e desenvolvimento de produtos	R\$ 9.288.467,89	Próprios
Modernização e ampliação da capacidade	R\$ 2.301.976,71	Próprios
Tecnologia da informação	R\$ 123.996,71	Próprios
Segurança do Trabalho e Meio Ambiente	R\$ 1.056.153,63	Próprios
Outros	R\$ 7.860,01	Próprios
SUB-TOTAL	R\$ 12.778.454,95	
Polimetal		
Modernização e ampliação da capacidade	R\$ 3.652.026,41	Próprios
Tecnologia da informação	R\$ 20.800,00	Próprios
Segurança do Trabalho e Meio Ambiente	R\$ 184.969,41	Próprios
Outros	R\$ 6.000,00	Próprios
SUB-TOTAL	R\$ 3.863.795,82	
Taurus Blindagens		
Pesquisa e desenvolvimento de produtos	R\$ 800.000,00	Próprios
Modernização e ampliação da capacidade	R\$ 510.000,00	Próprios
Tecnologia da informação	R\$ 276.500,00	Próprios
Outros	R\$ 24.000,00	Próprios
SUB-TOTAL	R\$ 1.610.500,00	
Taurus USA		
Pesquisa e desenvolvimento de produtos	R\$ 5.350.275,00	Próprios
Modernização e ampliação da capacidade	R\$ 2.075.850,00	Próprios
Tecnologia da informação	R\$ 472.500,00	Próprios
Outros	R\$ 157.500,00	Próprios
SUB-TOTAL	R\$ 8.056.125,00	
Consolidado Taurus		
Pesquisa e desenvolvimento de produtos	R\$ 15.438.742,89	Próprios
Modernização e ampliação da capacidade	R\$ 8.539.853,12	Próprios
Tecnologia da informação	R\$ 893.796,71	Próprios
Segurança do Trabalho e Meio Ambiente	R\$ 1.241.123,04	Próprios
Outros	R\$ 195.360,01	Próprios
TOTAL	R\$ 26.308.875,77	

iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos;

Em junho de 2016 ocorreu o desinvestimento da participação minoritária que a Companhia possuía na Famastil pelo valor de R\$ 5 milhões, conforme ata do Conselho de Administração de 02.06.2016.

(b) aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que possam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia;

Não foram realizadas aquisições nos últimos 3 exercícios.

(c) novos produtos e serviços, indicando: i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

A Companhia lança anualmente inúmeros produtos ou modelos inovadores, especialmente nas feiras internacionais de defesa e segurança. A maior e mais conhecida é o Shot Show em janeiro de cada ano, realizada em Las Vegas nos EUA e a IWA realizada em Nuremberg, na Alemanha, todo o ano em março. Há feiras de segurança e defesa também em Paris e diversas de pequeno porte em cidades do interior dos EUA.

10.9. Outros fatores com influência relevante.

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

ANEXO H

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

(CONFORME ANEXO 9-1-II DA INSTRUÇÃO CVM 481)

Tendo em vista a apuração de prejuízo de R\$ 286,0 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, não se aplica à propositura de destinação do lucro líquido do exercício.

Com relação ao dividendo obrigatório, vale ressaltar que, além da conta de lucro líquido, referido dividendo também pode ser pago à conta de lucros acumulados e de reserva de lucros da Companhia. Entretanto, em função do prejuízo gerado, não há lucros acumulados ou reserva de lucros, razão pela qual, a Administração não propõe pagamento de dividendos para o exercício.

Portanto, o Anexo 9-1-II previsto no Art. 9º parágrafo 1º, inciso II, da Instrução CVM 481 de 17 de dezembro de 2009, conforme Ofício-Circular/CVM/SEP/nº02/2018, não está sendo apresentado.